

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

6.^a Reunião
(29 de julho de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 16 horas e 44 minutos.

Procedeu-se à audição do Ministro das Finanças (Mário Centeno), que, após uma intervenção inicial, respondeu às questões colocadas pelos Deputados Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Hugo Lopes Soares (PS), Adão Silva (PSD), João Galamba (PS) e Paulo Trigo Pereira (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 36 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião.

Eram 16 horas e 44 minutos.

A ordem de trabalhos de hoje, como sabem, é exclusivamente dedicada à audição do Sr. Ministro das Finanças, que começo, naturalmente, por cumprimentar, agradecendo a sua presença nesta Comissão de Inquérito, cumprimento que torno extensivo, evidentemente, aos colaboradores que o acompanham.

O nosso Regulamento prevê a possibilidade de uma intervenção inicial por parte do depoente e o Sr. Ministro das Finanças manifestou essa intenção. Nos termos do Regulamento da Comissão, a intervenção dos depoentes é de 15 minutos, mas isso será gerido, como sempre, com a flexibilidade necessária.

Portanto, sem perdermos mais tempo, dou desde já a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças** (Mário Centeno): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me, antes de mais, transmitir a intenção do Governo e a minha disponibilidade, em particular, para colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A este propósito, disponibilizei-me prontamente a comparecer perante esta Comissão. Para tal, as conversas que julgo terem ocorrido terão sido apenas no sentido de encontrar um agendamento conveniente. Só posso, por isso, lamentar os aproveitamentos e insinuações que sobre esta matéria vieram a público.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que acabo de dizer não deve ser confundido com a determinação do Governo em salvaguardar a imagem

e a estabilidade da Caixa Geral de Depósitos, instituição de referência do nosso sistema financeiro e pilar da nossa economia.

O Governo não alimentará incertezas e ruídos, algo a que temos assistido, infelizmente, nos últimos tempos. É importante transmitirmos, e todos os presentes nesta sala têm responsabilidade nisso, uma mensagem de tranquilidade e de confiança. Tudo faremos para que a posição da Caixa Geral de Depósitos se reforce, tomando para isso as medidas que são necessárias, plenamente cientes da responsabilidade adicional do Governo enquanto acionista.

A Caixa é uma instituição de confiança, porto seguro das poupanças dos aforradores portugueses e desempenhou um papel crucial durante o Programa de Assistência Económica e Financeira — aliás, continua a desempenhá-lo.

As condições adversas que assolaram as economias mundial e nacional, em particular na dimensão financeira, também não deixaram, obviamente, a Caixa imune.

Em 2013, a Caixa Geral de Depósitos foi objeto de uma recapitalização através da injeção de capitais públicos e da emissão de obrigações convertíveis, designados por CoCo, subscritos pelo Estado.

O Plano de Reestruturação que foi apresentado em 2013, em resultado da operação de capitalização, assentou no compromisso de melhoria de um conjunto de rácios e de desempenho da Caixa.

Apesar do esforço realizado ao longo deste tempo, com melhoramento de alguns indicadores de atividade, a verdade é que, desde o início do Plano de Reestruturação, o desvio da evolução realizada frente ao plano definido tem vindo a ser significativo.

Por análise da diferença entre o resultado operacional previsto inicialmente e o esperado para o final do Plano de Reestruturação, em 2017, a perspetiva é a de que essa diferença atinja cerca de 3000 milhões de euros.

Foi a este desvio que me referi. É uma diferença entre um Plano e a sua execução e é assim que deve ser entendido e interpretado.

Mas, a Caixa Geral de Depósitos é um exemplo de referência no sistema financeiro, e em cada um dos mercados em que atua eleva o nome de Portugal na atividade que desenvolve. Identifica-se com os portugueses.

Por tudo isto, o Governo reconhece a importância da sua presença como instituição pública, confirmando, pela ação passada, o papel que pode ter no desenvolvimento da economia.

Foi assente na importância de ter uma Caixa Geral de Depósitos reforçada, focada na sua atividade de crédito e prestação de serviços de excelência, que o Governo tem desenvolvido, desde dezembro, um esforço de projetar a Caixa para o futuro.

No seu papel de acionista, esteve atento a todas as informações que recebeu das autoridades regulatórias nacionais e europeias.

Reuniu com a Administração atual pela primeira vez no dia 2 de dezembro de 2015 — este Governo tomou posse, relembro, no dia 26 de novembro. Desde esse dia e até abril de 2016, reunimo-nos com a Caixa Geral de Depósitos, com a sua Administração, oito vezes.

Durante este período, acompanhámos as recomendações do Mecanismo Único de Supervisão, participámos com a Administração da Caixa Geral de Depósitos em reuniões na Direção-Geral da Concorrência, acompanhámos e discutimos os planos de capitalização apresentados pela atual Administração.

Ao acionista não cabe interferir na gestão mas perspetivar o caminho de futuro da instituição, atribuir uma missão, desenhar o projeto para a Caixa e dotar a empresa dos melhores quadros para o desenvolvimento do que pretende construir.

O que o Governo pretende realizar na Caixa Geral de Depósitos é um projeto que acredita ser único na história da instituição e que contribuirá para

o reforço da credibilidade da Caixa, que se propagará no sistema financeiro nacional e, conseqüentemente, na economia portuguesa.

Relativamente ao modelo de governação, os novos gestores da Caixa Geral de Depósitos estarão concentrados na atividade bancária, em sintonia perfeita com a excelência e dedicação de todos os seus trabalhadores e ao serviço dos seus clientes. Este é o primeiro de quatro compromissos que o Governo tem com a Caixa Geral de Depósitos.

Neste contexto, o Governo aprovou recentemente a alteração do quadro legal aplicável, que visa o ajustamento do estatuto dos titulares dos órgãos de Administração às normas europeias e do setor. Por outro lado, a remuneração dos gestores empresariais traduz o seu contributo esperado para o sucesso da empresa e o grau de responsabilidade e envolvimento no plano de negócio.

É este princípio que determina que o presidente da comissão executiva de uma empresa seja o executivo mais bem remunerado, seguido dos vice-presidentes executivos e dos vogais. É também este princípio que determina que os administradores executivos tenham uma remuneração superior à dos não executivos.

O modelo que estava em vigor não garantia, nesta perspetiva, a correspondência entre as funções exercidas e o nível salarial auferido. Na verdade, até agora, em princípio, os salários estavam limitados pelo salário do Primeiro-Ministro; no entanto, permitia-se que os gestores auferissem de um vencimento igual ao da média dos três anos anteriores. Esta faculdade seria, assim, opcional.

Na verdade, todos os atuais administradores da Caixa Geral de Depósitos optaram por esta alternativa. Assim, dificilmente se pode dizer que existia um teto salarial ou, pelo menos, um teto salarial pré-fixado e quantificado. Talvez mais gravoso para os incentivos e a coerência do Conselho de Administração, não se pode também considerar que existisse

qualquer correspondência entre o salário auferido e as funções a exercer na Caixa Geral de Depósitos. Os seus gestores eram remunerados pelo que tinham feito no passado, não pelo que faziam na Caixa.

Foi neste sentido que o Governo decidiu adotar na Caixa um modelo de fixação de remunerações em linha com as práticas do setor e que passam pela criação de uma comissão de remunerações que, efetivamente, decide o modelo remuneratório e os valores a aplicar, tendo em conta as práticas do setor.

O segundo compromisso é o de dotar a Caixa Geral de Depósitos de um plano de negócios credível, exigente e ambicioso, quanto ao serviço e à qualidade da sua atividade. Este plano de negócios tem sido objeto de uma análise exaustiva e rigorosa, em diálogo constante e construtivo com as autoridades europeias. Não falarei deste plano nesta Comissão. Assim que oportuno, divulgaremos os detalhes e o alcance do plano. Entendo as discussões e a mediatização que este plano tem gerado, mas estamos todos conscientes, como já disse noutras situações, de que a sua qualidade será revista por entidades externas, independentes, a pedido do Governo, à nova Administração, e ainda por acordo com as autoridades europeias.

O terceiro compromisso é o de manter a Caixa Geral de Depósitos como banco público, 100% do Estado. Quer eu, quer o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, bem como o Sr. Primeiro-Ministro, temos sublinhado esta situação de forma muito clara.

O quarto compromisso é com os trabalhadores, colaboradores e clientes da Caixa Geral de Depósitos, em benefício dos quais estamos a trabalhar. Estamos confiantes de que as transformações que desenhamos vão ao encontro de uma instituição financeira mais robusta, capitalizada, pronta para enfrentar os desafios do futuro e contribuir para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Gostaria de chamar a atenção para o enquadramento da constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CGD é a maior instituição bancária do sistema financeiro português, é depositária de 1/3 das poupanças dos portugueses e presta serviço a mais de 4 000 000 de clientes. Estou seguro de que os trabalhos desta Comissão terão em conta a importância e a credibilidade desta instituição para o sistema financeiro, para economia e para Portugal.

Encontro-me, então, ao dispor da Comissão para os esclarecimentos tidos como convenientes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, Srs. Deputados, vamos então dar início à fase de perguntas e respostas e só para que todos nos entendamos, embora o Sr. Ministro já tenha uma experiência assinalável nesta matéria, hoje, porque a regra é a da rotatividade, começaremos pelo Bloco de Esquerda, seguindo-se CDS-PP, PCP, PSD e PS.

Como o Sr. Ministro seguramente saberá, na primeira fase, há 8 minutos para colocar perguntas e 8 minutos para resposta. Os Srs. Deputados podem utilizar os 8 minutos como entenderem, havendo uma lógica de pergunta/resposta, sendo que os 8 minutos são mais ou menos mandatórios para os Srs. Deputados mas para o Sr. Ministro, evidentemente, não serão. Como sempre digo, é bastante mais fácil formular perguntas em 8 minutos do que responder-lhes nesse tempo.

Definidas as regras, tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira, do BE.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, boa-tarde a todas e a todos.

O Sr. Ministro das Finanças lembrou que iniciou funções no dia 26 de novembro de 2015. Quando há transições de Governo é normal haver

contactos entre o anterior e o novo, para passagem de dossiês. A primeira pergunta que lhe deixo é: qual foi a informação que o anterior Governo lhe deixou sobre a Caixa Geral de Depósitos e sobre a sua situação naquele momento, ou seja, em novembro de 2015?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O tema da Caixa Geral de Depósitos foi abordado, mas, compreendamos que, no contexto em que se dá a transição de Governo, em particular na área financeira, este tópico não era de especial prioridade naquele instante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não foi, portanto, feito nenhum alerta sobre a solvabilidade da Caixa Geral de Depósitos. O anterior Governo não precisou nenhuma informação sobre os rácios de capital e as necessidades de capital da Caixa Geral de Depósitos no final de 2015?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não, de maneira nenhuma. Não era essa a situação da Caixa Geral de Depósitos na altura, aliás, como se tem comprovado pelo continuado acompanhamento que a Caixa tem tido dos supervisores. Portanto, reforço esta ideia: havia outras urgências mais urgentes, passe a redundância, naquele momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Ainda sobre as informações que o anterior Governo deu ou não deu, queria perguntar se o anterior Governo informou de alguma auditoria que teria ordenado à Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente durante ou depois do processo de recapitalização de 2012.

Ou seja, o anterior Governo de PSD/CDS-PP ordenou alguma auditoria à carteira de créditos, por exemplo, à forma como se geria o risco na Caixa Geral de Depósitos, às suas decisões de investimento ou participações financeiras, ao cumprimento das suas regras prudenciais? Houve alguma diligência do anterior Governo para auditar os procedimentos da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Se a pergunta é feita na continuidade da transição de pastas, não houve esse grau de detalhe de informação prestada pelo anterior Governo nesse momento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A pergunta não é essa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — A pergunta era exatamente essa, era sobre a informação que lhe teriam transmitido ou se lhe teriam transmitido informação sobre estas auditorias ou sobre hipotéticas auditorias.

Estas perguntas são importantes porque agora vemos o PSD e o CDS-PP a quererem encomendar auditorias à Caixa Geral de Depósitos mas percebemos que, quando esses partidos foram Governo e, portanto, eram representantes do acionista Estado na Caixa Geral de Depósitos e tinham acesso a informação privilegiada, afinal, parece que não tiveram tanto

interesse em perceber qual era a informação que havia e o que é que se passava na Caixa Geral de Depósitos.

Passemos às necessidades de recapitalização em 2012. No final de 2014, a Caixa Geral de Depósitos não iniciou o reembolso dos CoCo, conforme se tinha comprometido, aliás, no Plano de Reestruturação.

A Caixa Geral de Depósitos podia não iniciar o reembolso dos CoCo se o fundamentasse com a sua solvabilidade, ou seja, se dissesse que reembolsar no final de 2014 os CoCo colocaria em risco os seus rácios de capital e as exigências regulatórias sobre eles.

O facto de a Caixa Geral de Depósitos ter pedido, por assim dizer, dispensa do reembolso dos CoCo no final de 2014 não era um primeiro sinal de alerta ao acionista de que a sua solvabilidade se estava a degradar?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Na verdade, os episódios e as situações que está a relatar o Sr. Deputado não correspondem a períodos em que tivesse responsabilidade de acompanhar a Caixa Geral de Depósitos na posição de acionista. Portanto, é difícil, para mim, responder sobre que tipo de informação foi trocada na altura e que tipo de justificação foi apresentada no diálogo entre a Administração da Caixa Geral de Depósitos e o acionista nessa dimensão. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Compreendo isso, mas seria normal que, se a Caixa Geral de Depósitos no final de 2014 não começasse o reembolso dos CoCo, como se tinha comprometido, tivesse justificado ao acionista, ao Estado, a razão pela qual não o reembolsava, suponho eu.

Mas aproveitava para fazer uma outra questão associada a esta: o Banco de Portugal tem de avaliar, trimestralmente, as instituições de crédito e financeiras sobre se estão a cumprir, ou não, as regras regulatórias e prudenciais, nomeadamente o rácio de capital.

Esses relatórios que resultam dessa avaliação trimestral são entregues e é dado conhecimento dos seus resultados ao acionista?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Em particular, durante o período Programa de Ajustamento Económico e Financeiro houve, de facto, uma monitorização reforçada do conjunto do sistema financeiro, e ainda mais reforçada da parte desse sistema que recebeu, de alguma forma, apoio ou capital público.

Atendendo à natureza da Caixa Geral de Depósitos, esta situação viria quase que por definição. Mas o acionista, neste contexto, enquanto acionista, recebe a informação que é pública, como ela é colocada, ou seja, não há uma informação privilegiada desse ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Dr. José de Matos, quando esteve nesta Comissão de Inquérito, na passada quarta-feira, disse que a primeira vez que foi comunicado ao acionista uma possibilidade de necessidade de recapitalização da Caixa foi no primeiro semestre de 2015, por isso é que comecei pelas perguntas sobre que transmissão de informação é que lhe foi feita pelo anterior Governo.

Houve um sinal, no final de 2014, quando a Caixa não reembolsou os CoCo, fundamentando, como se dizia no plano de reestruturação, com a sua

solvabilidade ou com riscos para a sua solvabilidade; houve uma primeira comunicação sobre a possibilidade de necessidade de recapitalização no primeiro semestre de 2015 e, no final de 2015, quando houve a passagem de pasta e de Governo, não foi comunicada ao atual Governo a possível necessidade de recapitalização da Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A necessidade de recapitalização da Caixa, nesse momento, era explícita e reconhecida. Portanto, o que quis indicar no início foi o carácter de urgência com que essa recapitalização teria de ser feita.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Parece-me que poderemos começar a concluir que o anterior Governo, perante vários sinais, deixou andar e teve uma atitude de «empurrar com barriga»...

Risos do PSD.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — A sério?!

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sim, infelizmente, a sério!

Teve uma atitude de «empurrar com a barriga» e a verdade é que isto até nos faz lembrar uma frase que, por acaso, vinha no Programa Eleitoral do PSD em 2011 que dizia assim, e cito: «em momento ulterior ao período de vigência do Memorando de Entendimento, a CGD poderá ser levada à Bolsa a fim de dispersar uma parte minoritária do seu capital social».

Não sei se não estava aqui a gizar-se o plano para o PSD, em momento ulterior ao Memorando de Entendimento, abrir o capital da Caixa a investidores privados, como era sua intenção.

Para terminar esta 1.^a ronda, deixo apenas mais uma questão ao Sr. Ministro. O Sr. Ministro das Finanças falou na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, e repetiu na sua intervenção inicial, de um desvio entre o cenário projetado para o plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos e, depois, o que foi o cenário real. Considera que o cenário-base em que foi trabalhado o plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos era excessivamente otimista e irrealista?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Enfim, sem entrar em grandes qualificações em relação a esse plano, algumas das hipóteses de crescimento económico e de taxas de juro desse plano vieram a verificar-se muito longe daquilo que lá foi colocado.

Desse ponto de vista, a qualificação, a adjectivação é a que quiser dar, mas há um desvio muito sistemático e presente em todos os anos nesse plano, face ao que, de facto, era o Plano de Reestruturação da Caixa e o que foi, na verdade, observado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Tendo em conta o desvio desse plano relativamente ao que, depois, veio a ser a realidade, considera que a recapitalização de 2012, de 1650 milhões de euros, foi, na verdade, uma subcapitalização? Ou seja, considera que a Caixa Geral de Depósitos foi subcapitalizada nessa altura?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A resposta à pergunta não é fácil, porque nos obriga a colocar-nos em 2012 e num contexto em que é difícil eu ser muito preciso na qualificação que quiser apresentar, não tendo eu, inclusive, tido nenhuma responsabilidade nessa operação.

A verdade é que os diferentes bancos, ao longo destes últimos anos, se viram confrontados com uma necessidade muito acrescida de capital, de capital regulatório e também de capital consumido na sua atividade. Se o contexto do conjunto do sistema financeiro português teve ou não uma abordagem adequada, em termos da sua capitalização — e, como sabem há análises muito variadas sobre essa matéria, que me vou abster de comentar —, a verdade é que, ao longo destes últimos anos, a situação da Caixa, nessa dimensão, veio a desembocar no que foi a avaliação que há pouco referia, no primeiro semestre de 2015, do Conselho de Administração da Caixa e na situação em que se encontra neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Tendo em conta, depois, a forma como evoluiu o cenário real, efetivamente, então, a recapitalização de 2012 mostrou-se relativamente insuficiente.

O Sr. Governador do Banco de Portugal disse ontem que os 1650 milhões de euros de recapitalização incluíam, ainda, almofadas de capital. O que lhe pergunto é: essas almofadas existiram realmente nessa recapitalização de 1650 milhões de euros? Assumindo que existiram, serviram efetivamente para fazer face às adversidades e ao cenário económico real nos anos subsequentes?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Vamos ver: se o supervisor identificou essas almofadas, admitimos que elas existiram, na altura, de facto, e que serviram, entre outras funções, por exemplo, para que, ao longo de todo este tempo e com o tal consumo de capital e as tais exigências adicionais de capital regulatório a que a Caixa está sujeita, a Caixa tenha mantido — e é bom referir isto, porque é bom para a confiança no sistema e, seguramente, para a Caixa Geral de Depósitos — os mínimos legais sempre e nunca houve nenhum problema dessa natureza.

Outra matéria é olharmos para o que é o conjunto do sistema bancário nacional, e, necessariamente, também para o europeu, e percebermos se o conceito de colocação da Caixa, em termos concorrenciais, é o de um banco muito capitalizado ou pouco capitalizado. Ao olhar para essas matérias, podemos tirar as nossas próprias conclusões.

Não gostaria de o fazer aqui, na posição em que estou hoje, mas é verdade que a posição relativa da Caixa, nessa matéria, é muito clara ao longo do tempo. Portanto, não é que isto coloque nenhum problema de funcionamento ao banco, é apenas uma matéria estratégica e de colocação da Caixa no sistema financeiro.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do CDS-PP. Dou a palavra ao Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento, em primeiro lugar, o Sr. Ministro das Finanças, fazendo apenas um ligeiríssimo ponto de ordem: o CDS-PP é e sempre foi favorável a que a Caixa Geral de Depósitos se mantenha como banco público e como

referência essencial do sistema financeiro português. Por isso, em coerência, em nenhum Governo ou programa de Governo em que o CDS-PP participou foi, sequer, referida como hipótese alguma dispersão de capital da Caixa Geral de Depósitos em bolsa ou alguma operação que, parcial ou maioritariamente, tendesse para uma privatização dessa instituição. É importante referir isso e esclarecê-lo. Se alguém tiver prova do contrário, obviamente, que o poderá dizer.

O Sr. Ministro disse aqui uma frase interessante: o Governo não alimentará incertezas e ruídos sobre a Caixa Geral de Depósitos. Devo dizer-lhe que é exatamente o contrário de tudo o que o Governo tem feito. Se há quem tenha alimentado ruídos e incertezas sobre a Caixa Geral de Depósitos, é o Governo, acrescentando-lhe a incompetência para resolver o problema que é já histórica. É curioso, aliás, que se fale de «empurrar com a barriga» na frente de um Ministro que há oito meses tenta resolver uma questão tão simples como a nomeação de uma administração para uma empresa do Estado.

Sobre «empurrar com a barriga», acho que se poderia falar em frente de qualquer titular de cargo político, mas é muito desagradável fazê-lo em frente ao Sr. Ministro. Mas é o que é.

Queria perguntar-lhe o seguinte: nesse conceito de responsabilidade e de não alimentar incertezas e ruídos, como é que classifica a sua frase repetida hoje de um desvio existente na Caixa Geral de Depósitos, sem nunca ter o cuidado de explicar que desvio é esse e a que é que se deve?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Em relação à questão da nomeação, devo dizer-lhe que o processo que está em curso, e está, obviamente, na sua fase final, é um processo do qual...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — É um longo curso!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não sei se o Sr. Deputado tem conhecimento, do ponto de vista processual, do que é que estamos a falar, porque não tem nada a ver com nada que tenha sido feito na Caixa Geral de Depósitos até hoje.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Isso é verdade!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — E devo dizer-lhe que, em 2011, o Conselho de Administração tomou posse no dia 22 de julho e, em 2013, dando continuidade, aliás, à mesma presidência, o novo Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos apenas tomou posse no dia 8 de julho. E não havia nada, Sr. Deputado, que tivesse comparação com aquilo que é o processo que hoje tem de ser feito, quer junto do Banco de Portugal, quer junto do regulador europeu.

Mas podemos falar sobre essa matéria depois e, seguramente, perceberá do que estou a falar. Não me parece que seja, neste momento, um ponto muito relevante, mas queria dar-lhe nota disto.

Em relação à questão que colocou sobre o desvio, é muito simples, Sr. Deputado. Esclareci exatamente do que é que se trata. Trata-se de um desvio face a um plano existente e a sua execução. É simplesmente disto que se trata e é um desvio acumulado ao longo do período de 2013, projetando a 2017. É disto que estamos a falar. É muito simples de entender, não é nada de alarmante.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

É muito simples de entender...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, criem condições para o Sr. Ministro continuar. Não me levem a mal mas o Sr. Ministro está aqui para prestar o seu depoimento e temos de criar condições para que o faça com normalidade.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — É apenas um desvio entre uma projeção que está num programa de reestruturação e a sua execução.

Dir-me-á que — e acho que é a reação natural e é isso que tem de ser inferido e interpretado e, já agora, que requer alguma atuação — era importante colocar algum realismo neste programa de reestruturação. Foi nesse contexto que o referi e é pela urgência e pela emergência de fazer impor esse realismo no plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos que esta informação deve ser utilizada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Ministro, em primeiro lugar, se a nomeação da Administração fosse tão previsivelmente complexa, o senhor não tinha já pedido várias vezes à Administração que está em funções para continuar para além daquilo que lhe tinha pedido inicialmente, nem tinha o Governo transmitido uma informação errada ao Sr. Presidente da República que o levou a informar erradamente o País sobre o prazo para a nomeação dessa Administração. Portanto, ainda que fosse complexo, obviamente que não vale a pena tentar convencer-nos de que o próprio Governo não esperava que o assunto já estivesse resolvido neste momento, como é evidente que esperava.

Sobre a questão do desvio, é falso que ele seja entre a previsão e a execução. É um desvio entre uma previsão e outra previsão: a previsão que o Sr. Ministro faz para 2017!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas não é o Ministro que faz!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, é muito irresponsável dizer que o desvio é em relação à execução, porque a execução apurada até ao momento é, na melhor das hipóteses, ao primeiro trimestre de 2016 e o senhor fez logo as contas aumentando o número — realisticamente ou não, no fim, em 2017, veremos.

Mas qual é o racional de um Ministro das Finanças dar ao mercado, ao País, aos trabalhadores, aos depositantes e a todos os portugueses contribuintes, que são indiretamente acionistas da Caixa Geral de Depósitos, a ideia de que há — e peço-lhe desculpa mas um desvio em linguagem de gente normal é um buraco — um desvio de 3000 milhões na Caixa Geral de Depósitos não dizendo, sequer, e é isso que lhe vou perguntar, qual é a responsabilidade que aí há da gestão, qual é, nesse desvio que o senhor projeta, e não o pode afirmar porque ele não existe ainda, a responsabilidade de opções de gestão, qual é a responsabilidade de uma determinada evolução da política do BCE relativamente às taxas de juro, da conjuntura económica, que, aliás, curiosamente, nos últimos sete, oito meses já é da responsabilidade do seu Governo? Qual é a responsabilidade da revisão em baixa das previsões para os próximos anos, que também é responsabilidade do seu Governo? Qual é a responsabilidade desses indicadores e das opções de gestão da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O objetivo da minha frase e da minha clarificação aqui é só um: fazer notar que era, e é, necessário olhar para o plano de negócios e para aquilo que neste momento existe e está em curso do programa de reestruturação da Caixa e dar-lhe outra dinâmica, outro realismo. Foi exatamente isso que pretendi fazer e dizer, ou seja, que o plano de reestruturação que estava a ser acompanhado pelo anterior Governo estava, de facto, fora dos carris neste sentido do desvio. Um desvio não é um buraco!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Ministro chega aqui e pode dizer o que quiser!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, um desvio é definido por esta diferença que acabei de referir, ou seja, a diferença entre uma previsão e a sua execução.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não tenho rigorosamente mais nenhuma informação sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Ministro, é falso! É entre uma previsão e outra previsão! E se assumir isso podemos estar a falar da mesma coisa. Se quiser assumir, vai dizer quanto é que é o desvio em

contas fechadas de 2015. Quanto é que é o desvio? Diga qual é o desvio efetivo e aí estamos a falar de um desvio.

Se falamos de previsões contra previsões, não estamos a falar da mesma coisa.

Mas há outra coisa relevante aqui, Sr. Ministro: este plano foi, durante a presença da troica em Portugal, avaliado de três em três meses e, depois da saída da troica, de seis em seis meses. Portanto, não vale a pena criar essa ideia de que foi o Sr. Ministro que chegou para pôr realismo no programa. Todas essas avaliações que foram feitas foram detetando essa diferença — não custa assim tanto ser um bocadinho mais responsável — entre aquilo que era a evolução estimada e a evolução efetivamente concretizada. Por isso, volto a perguntar-lhe: tendo por base esses relatórios ou, até, as projeções do Sr. Ministro, nesta diferença, qual é a responsabilidade de opções de gestão da Caixa Geral de Depósitos e qual é o efeito da política de taxas de juro do BCE e de evolução da conjuntura macroeconómica?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Estou certo de que esta Comissão irá apurar exatamente a resposta à pergunta que está a fazer...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Convém que o senhor saiba!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — ... porque o prazo de análise que está em cima da mesa para a Comissão cobrir, pelo menos, estes últimos quatro anos. Portanto, o Sr. Deputado vai, com certeza, conseguir apurar isso.

O que lhe posso dizer é que, perante a evidência desses desvios, nada se viu, nem nada se ouviu do lado de quem estava a acompanhar o programa. É só isso que tenho para dizer.

Quando tivemos de agir e olhar para o programa, o que fizemos foi exatamente isto que está neste momento em discussão com a Comissão Europeia e com os supervisores, ou seja, redefinir o plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Ministro acabou de dar uma boa definição sobre o que é uma governação responsável e uma governação irresponsável, ao fazer essa comparação. Portanto, ficámos bastante esclarecidos entre o que é fazer um acompanhamento... Porque se estava nos relatórios, e o Sr. Ministro não disse que não estava, podia ser acompanhado do ponto de vista da tutela, da anterior ou da atual, e serem tomadas as medidas. Tornar público, com o sensacionalismo com que o senhor o fez...

O Sr. **João Galamba** (PS): — É tudo público! O Plano de Recapitalização é público!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): —... obviamente que criou um problema e uma dificuldade reputacional à Caixa Geral de Depósitos que era, de todo, escusada.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, criem condições para que possamos continuar.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, convém esclarecer, desde o início, Sr. Ministro, que o que aconteceu foi porque o Governo quis, e o senhor agora assumiu, dar dimensão pública à realidade da Caixa Geral de Depósitos. Se há, neste momento, um problema reputacional na Caixa Geral de Depósitos é da exclusiva responsabilidade do Governo, porque a Administração da Caixa ainda antontem aqui esteve e mostrou claramente a mesma situação, que o Sr. Ministro quer mostrar com muito menos fundamentação, com muito menos capacidade de explicar, sem sensacionalismo nenhum.

A opção sensacionalista é uma opção do Governo, obviamente, dentro da estratégia comunicacional dos últimos seis meses de desviar as atenções de tudo aquilo que era relevante. Infelizmente, a Caixa foi um instrumento nas mãos de uma política comunicacional do Governo, mas era melhor que assim não tivesse acontecido.

Ia agora à questão da Administração. Quando é que o Sr. Ministro tomou a decisão de substituir a Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faz favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, o desvio não reflete a situação da Caixa Geral de Depósitos. É uma diferença entre dois valores, não reflete a situação.

Protestos do PSD.

Não queira ler, nem leia nas minhas palavras que essa...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Leia os títulos dos jornais!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, as pessoas leem uma diferença. Se quiser continuar a insistir nessa situação, insista, mas não ponha na minha boca palavras que eu não disse.

Sobre o Governo e a análise que fez relativamente à Caixa Geral de Depósitos, como já referi aqui hoje, a primeira reunião que tivemos com a Administração da Caixa Geral de Depósitos foi no dia 2 de dezembro. Essa análise foi, obviamente, sendo feita pelo Governo e, no final do primeiro trimestre, o Governo teve uma ideia sobre o que entendia poder e dever ser o futuro da Caixa Geral de Depósitos e iniciou o processo de renovação do Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Ministro, quando e por que forma comunicou isso à atual Administração?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faz favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O Governo entendeu que deveria permitir, numa situação de estabilidade, porque é assim que deve ser, que a Administração cessante fizesse o apuramento e que decorresse o processo de aprovação das contas.

Essa comunicação foi feita assim que o Governo teve informação, atendendo aos convites que estava a fazer, da aceitação desses convites.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando e de que forma, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Foi feito numa reunião com o Dr. José de Matos, no Ministério das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não lhe sei precisar a data, mas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando é que foi?

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — O mês?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Pode ter sido no dia 13 de abril.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre o racional dessa decisão vejo duas hipóteses, mas o Sr. Ministro pode acrescentar uma terceira se eu não acertar em nenhuma das duas. Foi por considerar que a Administração da Caixa não tinha cumprido a missão que lhe tinha sido confiada pelo acionista quando a nomeou que decidi substituí-la ou foi porque o Governo entendia alterar a missão para a Caixa Geral de Depósitos

e, portanto, entendia que fazia sentido nomear uma equipa de gestão que se identificasse mais com essa nova missão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A decisão prende-se com a necessidade identificada pelo Governo de implementar um novo plano de negócios para a Caixa Geral de Depósitos e com todo o contexto prévio das informações que foi recebendo e que constam de relatórios da supervisão, face aos maiores problemas identificados dentro da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos caracterizou aqui a missão da Caixa e o que tinha sido o traço fundamental da sua gestão como uma reorientação da política de crédito para as pequenas e médias empresas, da abertura de um novo horizonte na Caixa Geral de Depósitos para uma área que a banca privada não conseguia apoiar, que era a de capital de risco, da eliminação de participações financeiras e de uma reorganização interna ao nível de agências e de recursos humanos, no sentido da viabilização da atividade da Caixa Geral de Depósitos. Quais destes objetivos não entram no novo plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos e quais são aqueles que acrescem a este plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos que justificam a substituição da equipa de gestão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, não posso, e disse-o aqui na minha intervenção inicial, falar sobre o que está a ser debatido no plano de negócios.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Já está fora do objeto do inquérito.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Devo dizer-lhe, no entanto, Sr. Deputado, que uma substituição de um Conselho de Administração não se faz por oposição entre o novo e o antigo. É uma visão completamente errada encontrar essa oposição entre pessoas. Não é disso que se trata!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não falei disso!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Portanto, se não foi isso que o Sr. Deputado disse, ainda bem. Vou dizer-lhe: não há nenhuma decisão dessa natureza e, portanto, o novo Conselho de Administração é aquele que consideramos adequado ao cumprimento de um determinado plano de negócios.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Para quê?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, colocará essa questão na 2.ª ronda quando o CDS-PP intervier.

Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de cumprimentar o Sr. Ministro e agradecer os contributos que possa dar a esta Comissão.

As perguntas estão evidentemente limitadas ao próprio âmbito desta Comissão, o que dificulta muito uma abordagem à Caixa e aos seus problemas atuais, porque não é isso que a Comissão visa esclarecer, o que, como tal, e também tendo em conta o início do mandato do Sr. Ministro das Finanças, aqui presente, limita muito o âmbito do acompanhamento temporal à Caixa, sendo que as perguntas têm de ter em conta o momento desde o qual o Sr. Ministro ocupou essas responsabilidades.

Gostava ainda de dizer, numa nota, que, para o PCP, do ponto de vista dos objetivos que aqui anunciou — bem sabemos que não é isso que estamos a detalhar e a escrutinar nesta Comissão, mas era importante deixar claro — , a capitalização da Caixa não está em cima da mesa, a discussão não deve ser entre fazer e não fazer, nem deve ser vista como uma despesa, como foi encarada a capitalização de bancos nos quais os seus acionistas não quiseram participar. Aqui o acionista é o Estado, que tem de cuidar do seu banco, para o bem e para o mal, e, enquanto acionista, deve zelar pela sua viabilidade e robustez.

O que não é aceitável, e tem sido esse o processo imposto pelas autoridades europeias, é que qualquer intervenção do Estado, mesmo num banco que é seu, resulte numa diminuição das capacidades desse banco por força do cumprimento das regras da concorrência impostas pela Comissão Europeia e pela DGComp. Isso significaria que cada euro injetado na Caixa seria, na verdade, uma ajuda a outros bancos, e é isso que não podemos permitir, de maneira nenhuma, que aconteça.

Portanto, o dinheiro público que entra na Caixa para a sua capitalização, do ponto de vista do PCP, deve sempre prosseguir o objetivo e garantir que é capital que vai servir para a Caixa se robustecer no mercado,

aprofundar a sua capacidade e a sua solidez, enquanto banco público ao serviço dos interesses do País. Qualquer outra perspectiva que passe por reestruturações com vista à alienação de valências da Caixa que não visem o seu fortalecimento e apenas o encaixe de lucros para alguém, claramente, cai fora do âmbito de uma capitalização nos termos em que o PCP a considera.

Sr. Ministro, tenho apenas dois temas de perguntas que queria colocar e o primeiro é precisamente sobre a exposição da Caixa a outros grupos bancários e o peso dessa exposição nas necessidades de capital, em geral.

Não me quero referir a nenhum grupo bancário especificamente, mas gostava de compreender, até aqui, até agora, qual foi o peso que os sucessivos resgates a bancos privados, a aquisição de títulos de outros bancos ou participações no Fundo de Resolução ou os compromissos futuros com esse Fundo — porque esses fluxos estarão certamente previstos na estrutura de despesas da Caixa — tiveram nas necessidades de capital da Caixa ou nas suas perdas. Refiro-me nomeadamente ao suporte aos veículos que resultaram do BPN e a outras dívidas que possam resultar de responsabilidades do sistema financeiro, designadamente imparidades em linhas de crédito interbancário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, não tenho informação que tenha a qualidade suficiente para poder ser transmitida aqui. Enquanto acionista, não tenho acesso a essa informação, portanto, não lhe posso dar nenhum número. Qualquer coisa que lhe pudesse dar não teria qualidade suficiente para poder ser transmitido desta maneira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, à parte o número, pode confirmar que existem responsabilidades que a Caixa hoje tem de assumir e que resultam de operações com outros bancos que não cumpriram ou que, a determinada altura, precisaram de capital e a Caixa serviu, de facto, de financiador? Existem essas necessidades de capital hoje na Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não lhe consigo confirmar essa causalidade que está a pôr na sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Ministro, a pergunta é relativamente simples: há perdas na Caixa resultantes de compromissos assumidos com outros bancos, ou não? Se há, qualquer perda conta nas necessidades de capital, nem que seja de um euro! Pode só dizer-nos se há ou não há perdas associadas a linhas de crédito interbancário, a empréstimos concedidos a SPV do BPN ou, mesmo, a créditos vencidos a instituições já resolvidas. O BANIF devia dinheiro à Caixa? O BES devia dinheiro à Caixa?

É muito simples: se deviam, muito provavelmente, fomos nós que pagámos ou, então, não pagámos e a Caixa ficou sem esse dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faz favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, sei que a pergunta é simples. A resposta que tenho para lhe dar também é simples: enquanto acionista, não tenho acesso a essa informação, portanto, é uma informação que não lhe posso transmitir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Ministro, se fosse um acionista normal até compreenderia que não soubesse exatamente quem é que deve dinheiro e quem é tem créditos vencidos no banco. Mas sendo o Ministério das Finanças o garante máximo da estabilidade do sistema financeiro é, no mínimo, preocupante que não saiba quais são as ramificações das resoluções e liquidações de outras instituições bancárias e os compromissos com o Fundo de Resolução, até porque esses são públicos. A Caixa tem compromissos com o Fundo de Resolução que não vão ser remunerados, Sr. Ministro, e, portanto, esses certamente pesarão no seu balanço.

Se o Sr. Ministro não pretende responder a essa pergunta, gostava de lhe colocar, então, as restantes.

Sobre o Plano de Reestruturação de 2012 há um conjunto de indicações. Não sei exatamente como é que o Sr. Ministro classifica o desvio a que se refere, não sei se ele é quantificável, nem é sobre isso que vou perguntar, mas olhando para aquele Plano de Reestruturação, gostava de lhe fazer perguntas muito concretas.

O Plano de Reestruturação diz que a verba encaixada com a venda da Caixa Seguros deve pagar imediatamente CoCo. Pagou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

Pausa.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não consigo identificar uma relação entre a questão da seguradora e dos CoCo. Mas, se quiser, pode elaborar um pouco mais...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, quer elaborar?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O plano que a Caixa apresentou à DGComp, à Comissão Europeia, diz o seguinte: «o encaixe financeiro que a Caixa vai obter com a venda da Caixa Seguros deve, durante o ano fiscal de 2014, pagar os CoCo». Depois diz, no ponto seguinte: «durante esse mesmo ano fiscal, os restantes CoCo serão pagos com um máximo de até 60% do excesso de capital da Caixa».

O que lhe estou a perguntar é: isto foi cumprido? Em 2014, a Caixa utilizou o dinheiro resultante da Caixa Seguros para pagar os CoCo? E, em 2014, utilizou 50% do excesso de capital para pagar os CoCo, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Peço desculpa, não tinha percebido o sentido da sua pergunta. Os CoCo estão todos por pagar e, portanto, a resposta é não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, deixe-me, ao menos, dar-lhe a palavra. Sinto-me, às vezes, na posição de um polícia sinaleiro com um trabalho absolutamente impossível, porque quase que não me dão tempo para dar a palavra às pessoas!

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço-lhe desculpa por me antecipar, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, é, então, lícito afirmar que o plano com que o anterior Governo se comprometeu, bem como a Administração da Caixa da altura, pelo menos nesta matéria, não foi cumprido. É que ainda ontem ou anteontem foi aqui dito que a Caixa não estava em incumprimento porque não havia datas para pagar os CoCo. Acabei, por acaso, de as identificar e todas elas decorriam até ao final do ano fiscal de 2014.

A questão que lhe coloco é se é lícito afirmar que o Plano, pelo menos no que toca a esta matéria — e há aqui outras sobre as quais o tempo que tenho já não me permite questionar —, não foi cumprido. Esta é uma primeira pergunta.

Termino, Sr. Presidente, sabendo que já excedi o meu tempo, com uma outra questão que é a seguinte: o incumprimento daquele Plano que foi apresentado à Comissão Europeia, em 2012, tem implicações quer no desvio descrito pelo Sr. Ministro como um desvio daquilo que era apontado como objetivo, e que agora se está a verificar, quer nas necessidades de capital da Caixa? Ou seja, o não cumprimento deste plano tem implicações no momento atual, no diagnóstico atual que se faz da Caixa? Tivesse este Plano sido cumprido e a Caixa ficaria com as necessidades de capital satisfeitas, ou não? Ou este plano era, em si mesmo, um plano para a compressão da Caixa aos mínimos possíveis, para que a Caixa ocupasse cada vez menos espaço no mercado bancário português?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Vamos ver a contribuição que posso dar para a análise do Plano de Reestruturação.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Sei que lhe estou a pedir opiniões.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Pois, eu queria limitar o número de opiniões que aqui posso dar, porque, enfim, não me parece que seja, e não é, com certeza, a minha função.

O programa tinha um conjunto de indicadores e de metas. O Sr. Deputado referiu algumas delas e outras já tinham sido referidas anteriormente.

Há, nalgumas dessas metas, formas muito simples de identificar os tais desvios. Outras, como por exemplo, as questões que referiu em relação aos CoCo, não foram feitas no momento que está identificado e pode não se classificar imediatamente como um incumprimento no sentido em que o programa total ainda não terminou e terminará, enfim, sendo levado até ao fim, até ao final de 2017. Mas a verdade é que, mais uma vez, não há o acompanhamento desse programa e a forma como essas metas vão sendo atingidas não são complementadas...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se vou pagar a minha casa daqui a quatro anos não preciso de pagar este mês?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Gostaria de não comentar mais do que isto, até porque todas essas decisões devem ser analisadas à luz da informação que existia no momento em são tomadas e eu não tenho praticamente nenhuma informação sobre essa matéria nessas datas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, queria cumprimentá-lo e fazer uma pergunta muito direta.

O Sr. Ministro das Finanças está hoje em condições de assegurar que, nos últimos anos e à data, a Caixa Geral de Depósitos consegue garantir rácios de exigências prudenciais, de solvabilidade e de depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faz favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Quem tem de dar essas garantias é o supervisor, não sou eu.

O supervisor tem a avaliação dessa situação e estará em melhores condições do que ninguém para a dar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Ministro das Finanças é acionista e é tutela. Volto a perguntar: pode assegurar hoje aos portugueses que a Caixa Geral de Depósitos tem condições para assegurar depósitos, rácios de solvabilidade e exigências prudenciais?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faz favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A informação prudencial que temos do supervisor é aquela que o Sr. Deputado também tem. Portanto, quem tem de fazer essa avaliação é o supervisor, não é o acionista, e essa informação só pode ser passada pelo supervisor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Ministro das Finanças tutela a Caixa Geral de Depósitos, fala com o supervisor e tem essa obrigação.

Repito a pergunta: enquanto Ministro das Finanças de Portugal, pode garantir que a Caixa Geral de Depósitos cumpre rácios de exigências prudenciais, de solvabilidade e de garantia de depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A informação que o Estado, enquanto acionista, tem nessa matéria é informação pública. Quem tem de fazer essas avaliações não é o Estado, nem é o Estado enquanto acionista, nem na Caixa Geral de Depósitos nem, como entende, em nenhum outro banco. O supervisor é o único responsável pelas matérias acerca das quais me pergunta.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Mas fala de desvio!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Disso já fala!

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados importam-se de criar condições para o Sr. Deputado Hugo Soares poder intervir?

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, qual é a informação que tem a respeito das perguntas que lhe fiz?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — É a mesma que o Sr. Deputado tem, ou seja, que a Caixa cumpre os rácios de capital.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças. Quero dizer-lhe que, hoje, o Sr. Ministro deu um grande contributo para a confiança que julgo que a caixa Geral de Depósitos deve ter.

Depois de nos últimos meses o Sr. Ministro das Finanças se ter comportado, permita-me a franqueza, como um «elefante numa loja de porcelanas» relativamente ao sistema financeiro, o Sr. Ministro acaba agora de justificar a existência desta Comissão de Inquérito e eu não queria deixar de lhe agradecer.

Sr. Ministro, relativamente ao tema dos 3000 milhões de euros de desvio entre aquilo que era a previsão de 2012 e as previsões que hoje podemos fazer, pergunto se esse desvio está ou não diretamente ligado com as previsões que à data se faziam relativamente ao crescimento da economia e à evolução das taxas de juro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Em relação à pergunta que me faz acerca dos desvios, gostaria de dar a mesma resposta que já dei e que é seguinte: apenas referi um indicador, que é um indicador que é público e facilmente obtido por toda a gente, como sabe, para identificar uma necessidade de ação sobre um programa de reestruturação e, portanto, a introdução de um novo plano de negócios na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro, ouvimos aqui o Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos e o Sr. Governador do Banco de Portugal — de certeza que o senhor tem eco dessas audições — e foi-nos dito aqui que esse desvio se devia às projeções que na altura eram feitas sobre a evolução da economia e das taxas de juro. Pergunto-lhe se assim é.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não tenho nada a acrescentar em relação a isso.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Agradeço-lhe, Sr. Ministro, porque, no fundo confirma aquilo que o Sr. Governador...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, não se importa que lhe dê a palavra?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Ministro porque, no fundo, acaba de confirmar aquilo que o Sr. Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos e o Sr. Governador aqui nos disseram.

Agora queria perguntar-lhe o seguinte: a projeção que foi feita no plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos era feita com base nas

previsões macroeconómicas do Banco de Portugal. Quem é que, à data, no Banco de Portugal, tinha a missão de fazer estas projeções?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O Banco de Portugal.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro, essa é uma resposta de La Palice!

O Sr. **Presidente**: — Se não se importam, cabe ao Presidente organizar os trabalhos.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa pelo excesso de zelo da minha parte. Era apenas para poupar tempo à Comissão.

Pergunto novamente ao Sr. Ministro das Finanças quem é que no Banco de Portugal tinha a incumbência de fazer as projeções macroeconómicas com base nas quais foi feito o plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos em 2012.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O Banco de Portugal, volto a referir. As projeções do Banco de Portugal são as projeções da instituição, não há projeções assinadas e, portanto, Sr. Deputado, insisto na resposta: é obviamente o Banco de Portugal o responsável pelas suas projeções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, à data, o senhor não tinha nada que ver com o exercício dessas projeções?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Insisto em que as projeções do Banco de Portugal são divulgadas num documento oficial do Banco de Portugal e são do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, então, pergunto ao Sr. Ministro das Finanças que funções exercia.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados autorizam que se criem condições para continuarmos o trabalho, ou não?

Pausa.

Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos numa coisa: percebo a conflitualidade política normal nestas circunstâncias, mas não estou disponível para permitir que a Comissão esteja permanentemente a ser interrompida por apartes de um lado e de outro. O aviso fica feito e não é repetido.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, percebo o incómodo dos Deputados da maioria de esquerda, por uma razão: aquilo que o Sr. Ministro das Finanças ainda não quis dizer mas que vai ter de dizer é o que é que ele fazia, com toda a nobreza e dignidade e com muito mérito de certeza absoluta, em 2012, qual era o seu exercício profissional. Daí vamos extrair uma conclusão óbvia: é que o Sr. Ministro das Finanças teve influência direta no estudo macroeconómico do Banco de Portugal que esteve na origem do plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos. É assim ou não, Sr. Ministro das Finanças?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não tenho nada a comentar ao que me está ser questionado. Insisto em que o Banco de Portugal é uma instituição, as publicações do Banco de Portugal são publicações dessa instituição e não há rigorosamente mais nada que se possa indagar para além disto.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa para que o que vou dizer não desconte no tempo de que dispomos.

Queria pedir ao Sr. Presidente que informasse o Sr. Ministro das Finanças que ele tem de responder às questões que lhe são colocadas, até porque está a depor numa Comissão de Inquérito.

A pergunta é simples: o que é que o Sr. Ministro das Finanças fazia em 2012?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, ia dizer ao Sr. Ministro antes da sua interpelação, mas, enfim, regulamentarmente dei-lhe a palavra para interpelar a Mesa.

Sr. Ministro, a pergunta é factual e a resposta tem de ser factual. A pergunta foi que funções exercia o Sr. Ministro naquela altura. Depois, cada um tirará as suas conclusões, mas a pergunta foi factual e a resposta tem de ser factual.

Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Muito bem. Em 2012, eu era Diretor Adjunto do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, julgo que a conclusão é óbvia e não a vou tirar, porque quem nos está a ouvir tira-a certamente.

Sr. Ministro das Finanças, quando é que convidou o Sr. Dr. António Domingues para Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — No final de março de 2016.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, a essa data pediu ao Sr. Dr. António Domingues para começar imediatamente a trabalhar e a estudar quais são as verdadeiras e reais necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O trabalho que foi feito com o Dr. António Domingues foi de análise daquilo que seria um plano de negócios para a Caixa Geral de Depósitos, com tudo o que isso implica, e foi exatamente isso que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Pediu-lhe, portanto, para estudar quais as reais necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos, porque isso implica tudo o resto.

Pergunto-lhe se o acionista contratou quem está a assessorar o Sr. Dr. António Domingues.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — A Caixa Geral de Depósitos contratou, a pedido do acionista, alguém para assessorar o Sr. Dr. António Domingues?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Posso extrair da sua resposta que é falso que a Mckinsey e um escritório de advogados de Lisboa estejam a assessorar o Sr. Dr. António Domingues, pagos ou pela Caixa Geral de Depósitos ou pelo Estado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — As respostas que dei foram que o Estado não contratou essa assessoria e, neste momento, a Caixa Geral de Depósitos não contratou essa assessoria.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas se não foi a Caixa nem foi o Estado, permita-me que lhe pergunte, Sr. Ministro: quem contratou?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Essa é uma resposta que não lhe posso dar, não sei. A informação que lhe posso dar é que o Estado não contratou e a Caixa Geral de Depósitos não contratou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Primeiro grande mistério desta Comissão de Inquérito, Sr. Ministro!

O Sr. Ministro não desmente que aquelas entidades de que falei estejam a assessorar o Sr. Dr. António Domingues; diz-me que, enquanto tutela, não está a pagar-lhes e que a Caixa Geral de Depósitos não está a pagar-lhes. Quero dizer-lhe que isso me deixa muito preocupado, porque não creio, confiando no Sr. Dr. António Domingues, que seja ele que esteja a pagar estes serviços. Não creio mesmo! E se não é o Sr. Dr. António Domingues, também não posso acreditar que seja qualquer concorrente. Portanto, Sr. Ministro, volto a perguntar-lhe se está em condições de negar que o Sr. Dr. António Domingues esteja a ser assessorado pelas instituições de que falei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

Pausa.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Neste momento, a resposta que tenho para lhe dar é a mesma que já lhe dei, ou seja, neste momento não há nenhuma contratação, nem através do Estado nem através da Caixa Geral de Depósitos, para essa assessoria.

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Estão a trabalhar *pro bono*!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Portanto, as duas instituições estão a trabalhar *pro bono*; registamos, mas vamos querer saber, no futuro, quem é que pagou. E se o Sr. Ministro ou a Caixa Geral de Depósitos pagarem sem terem sido contratadas, Sr. Presidente, hoje, o Sr. Ministro está a mentir a esta Comissão de Inquérito e não vamos deixar passar outra vez essa questão em claro.

Protestos do PS.

Sr. Ministro, pergunto-lhe, quando tiver condições, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, pergunto-lhe quais são as verdadeiras e reais necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Como já referi várias vezes, essas necessidades de capital vão ser identificadas numa auditoria que irá ser executada já tendo tomado posse o novo Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, permita-me só lembrar-lhe que o objeto da Comissão de Inquérito é a avaliação dos factos

que determinam a necessidade de capitalização e de injeção de dinheiros públicos. Portanto, julgo que a pergunta que fez está nos limites do aceitável, mas peço-lhe...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para que fique claro de uma vez por todas, queria dizer que utilizei até, praticamente *ipsis verbis*, o que consta da alínea *a*) do objeto desta Comissão de Inquérito, que é avaliar os factos que fundamentam a necessidade de recapitalização da Caixa, incluindo as efetivas necessidades de capital.

Portanto, Sr. Presidente, peço desculpa mas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, foi exatamente por isso que eu disse que aceitava a sua pergunta.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro acabou de dizer a esta Comissão que não tem ainda hoje noção de quanto é que é preciso colocar na Caixa Geral de Depósitos. É assim?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — O que eu disse foi que esse valor irá ser identificado numa auditoria que irá ter lugar assim que o novo Conselho de Administração tomar posse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Isso significa, Sr. Ministro das Finanças, que hoje não sabe qual é esse valor?

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, mais uma vez digo que estamos aqui a ouvir o Sr. Ministro. As questões colocadas ao Sr. Ministro e as suas respostas são importantes para o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito e peço-vos um esforço acrescido, de um lado e de outro, para que o nível de conflitualidade que estas coisas sempre geram seja mantido dentro dos limites que permitam ao Sr. Ministro responder às perguntas dos Srs. Deputados, independentemente dos partidos que as formularem.

Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A resposta à pergunta que foi feita é que esse montante não está apurado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É evidente concluir — e não estou a extrapolar das palavras do Sr. Ministro das Finanças — que hoje não tem, portanto, um montante apurado.

Sr. Ministro, como é que justifica as notícias que saíram permanentemente nos últimos dois meses, algumas delas citando fontes do Ministério das Finanças, atribuindo valores de recapitalização de 4000, 4500 e até 5000 milhões de euros na Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não é verdade que essas notícias tenham fonte no Ministério das Finanças. O Ministério das Finanças nunca se pronunciou sobre isso. Aliás, disse-o publicamente, como estou a fazer aqui, e, portanto, não há tal afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Ministro não tem hoje o montante necessário para a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e durante três meses assistiu a este espetáculo na praça pública.

Diga-me uma coisa: nunca pensou em desmentir essas notícias para dar estabilidade à Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Essas notícias foram todas desmentidas pela minha atuação.

Se for ver a conferência de imprensa em que apresentei o processo da Caixa Geral de Depósitos, todas as declarações públicas que fiz sobre isso, e foram variadíssimas, quererá entender que tudo isso que fui dizendo foram exatamente esses desmentidos a que se refere.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ficámos também hoje a saber que o Sr. Ministro das Finanças desmente que as necessidades de

capitalização da Caixa Geral de Depósitos sejam na ordem dos 4000, 4500 e dos 5000 milhões de euros.

Pelo menos uma ideia há de ter e pergunto-lhe se acha que pode ser entre 3000 e 5000 milhões ou de 3000 milhões para baixo.

O Sr. **Presidente**: — Na resposta que der, o Sr. Ministro não ignorará que o Plano de Reestruturação, no seu conteúdo, não pode ser objeto desta Comissão de Inquérito.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A minha resposta é aquela que já dei. Neste momento, a recapitalização da Caixa, que todos reconhecemos que é necessária, não tem um valor fechado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, quero confessar que estou estupefacto com as suas respostas porque, de facto, o Sr. Ministro não sabe de nada. É uma pena que as notícias tenham saído todas e que o Sr. Ministro das Finanças não saiba de nada!

Mas vou à atual Administração, que cabe no objeto desta Comissão, e pergunto-lhe o seguinte: que necessidades de capitalização, que valor lhe foi apresentado pelo Sr. Dr. José de Matos como necessário para capitalizar a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Um valor próximo de 2000 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, queria dizer que, finalmente, pela primeira vez nesta Comissão, alguém nos traz um valor que nos parece pelo menos factual, porque é dado pela Caixa Geral de Depósitos.

Concorda com esse valor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Como perceberá, não tenho de comentar esse valor nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas não tem porquê?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se me permite, queria dizer-lhe que o Sr. Deputado pediu uma opinião ao Sr. Ministro e o Sr. Ministro não é obrigado a dar opiniões, mas a responder a questões factuais. É legítimo não dar a sua opinião.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, percebo a resposta que me deu, mas quero dizer que o Sr. Ministro tem a pasta das Finanças, tutela a Caixa Geral de Depósitos, é acionista, representa todos os que estão sentados à volta desta mesa e todos os que nos estão a ouvir, que são os verdadeiros acionistas da Caixa e que nos últimos meses assistiram incrédulos a um conjunto de notícias que davam conta de valores

absolutamente astronómicos de capitalização da Caixa Geral de Depósitos e punham em causa a confiança dos portugueses e dos depositantes na Caixa. Hoje, afinal, o Sr. Ministro vem aqui dizer que ainda não sabe qual é o montante e que o montante que lhe foi dado pela Administração — veja lá, Sr. Presidente! — rondava os 2000 milhões de euros.

Queria fazer uma última pergunta que tem a ver com a narrativa do PS e do PCP nestas últimas audições. O Sr. Ministro das Finanças acompanhou no Banco de Portugal, e é agora Ministro das Finanças, a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos em 2012 e foi entendido pelo acionista que o melhor instrumento para fazer essa capitalização eram os chamados CoCo.

Queria perguntar se o Sr. Ministro das Finanças sabe quais eram as exigências da DGComp que a Caixa teria de adotar se fosse feita uma subscrição de capital social, designadamente despedimentos e fecho de agências, e se então o Estado estava em condições de aceder a mercado para poder injetar capital na Caixa Geral de Depósitos, atendendo à situação que o País vivia de pré-bancarrota e com o Memorando de Entendimento.

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, antes de dar a palavra ao Sr. Ministro, peço-lhe que perceba uma coisa: na minha posição institucional de Presidente da Comissão não faço política. Percebo as suas considerações, o desacordo que manifestou relativamente à resposta do Sr. Ministro e está no seu direito. Mas, aqui, tenho apenas de garantir que se trata de uma Comissão de Inquérito e perguntas factuais têm respostas factuais. Opiniões, considerações ou respostas de outro tipo, os depoentes farão as que entenderem e quem nos estiver a ouvir, a começar pelos Srs. Membros da Comissão, fará a avaliação que entender. Não posso obrigar, nem nunca o faria, seja quem for, a dar uma opinião.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Presidente tem toda a razão, mas julgo que os Deputados, no tempo que lhes é conferido, podem, manifestamente, pedir opiniões e o depoente é livre de as dar ou não, respondendo, pelo menos, às questões concretas que lhe são colocadas. Os Srs. Deputados, no uso do seu tempo, são também livres de fazerem os seus comentários.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares não viu nas minhas palavras nenhuma censura às suas perguntas. Estava apenas dar o meu entendimento do exercício das minhas funções como Presidente da Comissão de Inquérito.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A opção pelos CoCo, na altura, como disse há pouco, é uma opção que tem de ser enquadrada com a informação que existia. A verdade é que os CoCo não foram pagos. É uma forma de obtenção de um determinado nível de capital que tem um custo muito elevado e penso que, para uma análise mais detalhada dessa situação, não sou a pessoa mais indicada para o fazer.

Neste momento constato apenas o que acabei de referir, ou seja, os CoCo estão por pagar. No contexto do Programa de Reestruturação da Caixa, que visivelmente não correu bem, no sentido dos desvios que teve, não foram satisfeitos e, dessa forma, devemos-nos questionar e acho legítimo que o façam. Mas terá de ser a Comissão a apurar essas matérias com quem, na

altura, esteve associado a essa decisão, no sentido de saber se essa seria ou não a melhor e a única solução, na altura.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à última intervenção da 1.^a ronda.

Pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Ministro e a sua equipa.

Constatamos que o partido proponente desta CPI, que estava tão interessado em saber e conhecer os factos que conduzem à necessidade de recapitalização da Caixa, está apenas interessado em comentar e especular com base em notícias de jornal que nada têm a ver com os factos que conduziram à necessidade de capital da Caixa.

Se calhar, percebo porque é que o PSD não faz muitas perguntas sobre os factos que levaram às necessidades de capital, e o último comentário do Sr. Deputado Hugo Soares talvez ajude a explicar porque é que não fazem essa pergunta, quando diz que a Caixa foi recapitalizada com 900 milhões de CoCo porque não havia dinheiro para pôr capital. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se tem conhecimento de algum dinheiro que caia do céu — pelos vistos existe! — ...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD — Ora boa!

O Sr. João Galmaba (PS): — ... e possa ser utilizado em CoCo. É que se é assim, pergunto: por que é que não utilizam CoCo em tudo? O Sr. Deputado Hugo Soares acabou de nos dizer que para injetar 900 milhões de CoCo não era preciso ir buscar dinheiro a lado nenhum, mas para injetar 900 milhões de euros de capital era.

Portanto, seguindo esta sugestão do Sr. Deputado Hugo Soares, pergunto-lhe, Sr. Ministro das Finanças, por que é que não usa CoCo para tudo, até para financiar o Orçamento do Estado, para capitalizar a Caixa? É que, aparentemente, os CoCo vêm do céu.

O Sr. Ministro tem conhecimento de alguma verba monetária que caia do céu e não tenha de ser financiada?

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, obviamente que a utilização dos 900 milhões de euros de CoCo teve de ser financiada, tal como outra forma de utilização de dinheiro público.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Sr. Ministro, não desminta assim de forma tão deselegante o Sr. Deputado Hugo Soares! Ele estava convencido que o dinheiro vinha do céu!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Galamba, ao menos deixe-me dar-lhe a palavra. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Peço desculpa, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, isso é de uma deselegância... Acabar assim com um sonho de um Deputado do PSD que estava plenamente convencido que 900 milhões em CoCo não tinham de ser financiados!...

O Sr. **Hugo Lopes Soares (PSD)**: — Valha-me Deus!...

O Sr. **João Galamba** (PS): — O Sr. Deputado Hugo Soares disse que foi capitalizado com CoCo porque não havia dinheiro para capital, e eu esbocei um sorriso. Aliás, penso que toda a gente que tenha ouvido a sua declaração, também esboçou um sorriso!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Gosto muito do seu sorriso, Sr. Deputado!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Há de vê-lo muitas vezes, Sr. Deputado, não se preocupe!

Sr. Ministro das Finanças, considera que o programa de ajustamento na banca foi um sucesso e que resolveu os problemas que se propunha resolver?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Deputado, há pouco, penso que numa resposta ao Deputado Moisés Ferreira, disse que há muitas opiniões sobre o programa de ajustamento. Aquilo que vou dar como resposta à pergunta que me fez, para não fugir ao que tem sido aqui a minha intervenção no Parlamento, é o seguinte: chegámos ao final do programa de ajustamento e jogámos numa terminologia que identifiquei como sendo uma saída limpa pequena. Essa saída limpa pequena entende-se pelas dificuldades com que, na área financeira, Portugal se viu confrontado, poucos dias depois desse evento.

A sucessão de eventos financeiros com que o País se tem confrontado desde essa data corroboram essa minha interpretação. É uma leitura que decorre de factos, se quiser, e tem a ver com o não se terem encontrado soluções para que, na área financeira, hoje pudéssemos estar numa posição

diferente daquela em que nos encontramos e é um objetivo muito importante para este Governo, como dissemos logo no início e fizemos saber às autoridades europeias. É algo que tem de mobilizar toda a economia e a sociedade portuguesa e colocar o sistema financeiro a funcionar. É, seguramente, um desígnio de todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Ministro, um dos objetivos da utilização de CoCo, como instrumento de capitalização de instituições financeiras, é dar os incentivos apropriados aos acionistas privados que existem, ou que poderão vir a existir, para entrarem rapidamente na instituição e substituírem a presença do Estado nesse banco. Perante isto, considera que os CoCo são um instrumento adequado para a capitalização de bancos públicos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O Sr. Governador do Banco de Portugal disse aqui, ontem, que a utilização de CoCo foi uma opção do acionista. Sabemos que é possível usar apenas capital, até porque foi utilizado capital na Caixa, e temos alguma dificuldade em entender a utilização de um mecanismo cujos incentivos que o caracterizam não fazem sentido num banco público, por razões que me parecem ser autoevidentes.

De 2010 a 2012 fez-se um levantamento exaustivo das necessidades de capital de todos os bancos, ou seja, foram apuradas as necessidades de capital desses bancos, foram feitas projeções financeiras, estimadas imparidades, as contas públicas eram avaliadas de três em três meses e sempre que havia um desvio eram tomadas medidas ou pelo menos sugeridas medidas. Pergunto se nessas avaliações era também incluída a avaliação dos *structural benchmarks* no setor financeiro e o que pode explicar estar tudo tão preocupado com os desvios na frente orçamental, tomando-se imediatamente medidas para os corrigir, e se, tendo-se identificado um desvio imediato nos planos de todos os bancos, em particular no da Caixa, tem informação da tomada de alguma medida durante esse período de correção desses desvios, como revisão do plano de negócios ou identificação de novas necessidades de capital. Tem conhecimento de algum registo no Ministério das Finanças de alguma resposta a esses desvios que existem desde o início?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Esse acompanhamento de que o Sr. Deputado fala era feito no contexto do programa de ajustamento. Nesse acompanhamento estavam representadas todas as instituições envolvidas no programa.

Sobre a pergunta direta que me faz sobre se há documentação acerca dessa matéria no caso específico da Caixa Geral de Depósitos e de formas de mitigação ou correção desses desvios, a resposta que neste momento lhe posso dar, salvo melhor informação, é que não há.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba,

O Sr. **João Galamba** (PS): — Achamos um pouco estranha a diligência em tentar corrigir os desvios na frente orçamental e a aparente indiferença perante desvios numa área que é tão importante como a frente orçamental, dado ser um dos pilares do programa de ajustamento, que era o setor financeiro.

O Sr. Ministro das Finanças revê-se em algumas análises e diagnósticos que têm sido feitos por algumas instituições, nomeadamente pelo FMI, mas não só?

O próprio Sr. Governador, ontem, repetiu aqui que o problema principal da banca portuguesa não é tanto o cumprimento dos rácios prudenciais, embora a malha regulatória vá apertando, o que cria por si mesmo necessidades adicionais de capital, e a primeira pergunta é se a Caixa precisa ou não de capital, em virtude desse aperto da malha regulatória.

Mas o Sr. Governador ontem também disse que o maior problema não era tanto de rácio de solvabilidade, que era sobretudo de rentabilidade, o que tem várias dimensões e uma delas, obviamente, é o problema dos NPL (*non-performing loan*) nos balanços dos bancos.

O Sr. Ministro concorda com a afirmação de que as necessidades mínimas de capital ou as necessidades regulatórias de capital não são necessariamente as necessidades de capital de um banco, ou seja, há níveis mínimos que têm de ser cumpridos para cumprir a lei, mas depois o acionista pode decidir investir mais ou menos de acordo com o entendimento do que deve ser a missão desse banco? Portanto, temos aqui pelo menos dois conceitos de necessidades de capital. O Sr. Ministro concorda com esta minha afirmação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Os níveis de capital, em particular nos últimos anos, têm uma dimensão regulatória que, de facto, aponta para níveis de capital mínimo. Esses níveis de capital são, de uma forma já regular neste momento, sujeitos a testes de resistência. Com base nesses testes de resistência, que têm em consideração informação mais detalhada do balanço dos bancos, podem as instituições ter necessidade de suprir necessidades de capital que à partida não advêm apenas dos mínimos regulatórios.

Aquilo que os bancos devem fazer, na sua estratégia, face aos níveis de capital que têm, decorre também da sua atividade e, portanto, da sua sujeição ou não a estes riscos que são testados nestes testes de resistência, e também da capacidade que esse nível de capital lhes dá, por exemplo, para acesso a financiamento ou, como disse há pouco numa das minhas respostas iniciais, de colocação...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Dá-me licença que especifique a pergunta, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — A minha pergunta não é essa. Há necessidades mínimas de capital que são determinadas pelo regulador e que todos os bancos, independentemente do que os acionistas queiram fazer com esses bancos, têm de cumprir. Essa é uma parte. Depois, o acionista pode escolher investir mais ou menos nessa instituição e esse investimento, que não obedece a nenhum requisito regulatório, é uma opção estratégica do acionista, que tem a ver com as ideias e o plano que tem para o banco.

A pergunta que faço é se há também, ou não, para além do mínimo, uma necessidade de capital que decorre de escolhas do acionista e que, no

fundo, refletem o investimento que esse acionista deseja fazer nessa instituição.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado, pelos esclarecimentos. Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Estava quase a chegar lá, ainda que a resposta fosse longa, e peço desculpa por isso.

O que quis dizer foi que essa vontade, como o Sr. Deputado a coloca, tem como resposta direta o sim.

Estava a tentar enquadrar por que é que uma instituição pode ter níveis de capital distintos uns dos outros. A verdade é que quando olha para o sistema bancário o Sr. Deputado identifica uma distribuição com alguma amplitude de rácios de capital, e uma das razões por que o rácio de capital é importante tem a ver — e eu estava a chegar às questões de financiamento — com o plano de negócios, porque um determinado plano de negócios pode comportar mais ou menos risco e, portanto, necessitar desses níveis de capitalização também para fazer face, depois, aos tais testes de resistência. Ou seja, é verdade que a capitalização da banca é mais complexa do que apenas os níveis regulatórios mínimos e há uma certa capacidade de intervenção do acionista, mas tem muito a ver com o plano de negócios da instituição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Sr. Ministro, fiz esta pergunta porque o que temos visto é o PSD, sobretudo, e não sei se o CDS também fez essa pergunta ou não, insistir nos rácios regulatórios, nos níveis mínimos de capital necessários.

Portanto, fiz esta pergunta porque aquilo que nos parece a nós, Deputados do PS — aliás, pela insistência, parece que o PSD só reconhece os rácios mínimos de capital que o regulador determina e mais nada —, é que o PSD nunca teve uma estratégia, não tem nem sequer compreende uma estratégia de investimento ativo na Caixa. Ou seja, acha que o capital serve para cumprir aquilo que o regulador manda e se fizermos isso está o problema resolvido.

Por isso é que lhe faço esta pergunta, porque há também necessidades de capital que não decorrem de nenhuma determinação do regulador mas, sim, de uma escolha e de uma estratégia pensada pelo acionista para a instituição.

Como só vejo o PSD muito preocupado a ver se cumprimos o mínimo, se cumprimos os rácios regulatórios, que é a única pergunta que fazem, o PSD parece ainda não ter percebido que a CGD é um ativo público e, portanto, não interessa apenas aquilo que o regulador nos manda fazer, o mínimo,...

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — O dinheiro nasce!

O Sr. João Galamba (PS): — ... porque alguém pode entender que, neste momento, a Caixa, para aumentar a sua capacidade de financiamento à economia portuguesa e ser um banco mais ativo no mercado e que apoie mais a economia, pode ter necessidades de capital adicionais.

Obviamente que o regulador não se pronuncia sobre o modelo de negócio, não quer saber se a Caixa é mais ou menos ativa, aquilo que ele vê é o que a Caixa é e determina os rácios de capital necessários.

O que nos parece pela insistência do PSD em só se preocupar com os níveis mínimos de capital da instituição é que, pela primeira vez, e bem, finalmente, temos um Ministro das Finanças que se preocupa mesmo com a

Caixa como banco público e está disposto a investir nela o suficiente para que ela possa desempenhar uma função e não apenas garantir que cumpre aquilo que o regulador exige e mais nada, porque, de facto, não tem outro interesse na Caixa do que, eventualmente, entregá-la a outros para que sejam eles a terem esse plano que o PSD não tem nem consegue imaginar.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Vai nascer dinheiro!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não tenho nada a comentar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados passamos à 2.^a ronda de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Ministro das Finanças, sabemos que a Caixa Geral de Depósitos está sólida: tem liquidez, cumpre os rácios de capital regulatórios, está a funcionar e tem uma atividade regular e normal, não tem qualquer problema no que toca a depósitos ou ao seu reembolso. Sabemos que ela está sólida e ainda bem que o está e não apresenta problemas de maior. Mas nós queremos que ela, para além da forma como está a atuar, seja ainda robustecida, porque achamos que o banco público deve ser robustecido para cumprir um desígnio fundamental, o apoio ao desenvolvimento da economia real.

Por isso, o BE acredita também que a Caixa necessita de uma recapitalização, exatamente para ganhar músculo e atividade no mercado e para se orientar mais e melhor para a economia real.

Creio que esta Comissão Parlamentar de Inquérito terá certamente muitas oportunidades, no futuro, de ter muitas audições para apurar erros e responsabilidades do passado, que, efetivamente, não iam ao encontro das necessidades da economia e das necessidades estratégicas do País.

Enfim, ter-se envolvido em guerras de luta pelo poder para «assaltos» a outros bancos, ter-se envolvido em participações financeiras duvidosas ou ter-se exposto a outros grupos económicos, em cuja exposição não se vislumbrava interesse estratégico nem para a Caixa nem para a economia, tem de ser aqui escrutinado, e sê-lo-á certamente, não só para assacar responsabilidades passadas mas também para garantir que isso não voltará a acontecer no futuro, esperando também que a nova reorientação estratégica e carta de missão reflita isso no futuro, ou seja, a sua reorientação para a economia real e não para erros como os que aconteceram no passado.

Mas também não podemos ignorar — utilizando aquilo que é um dos objetos da Comissão — que há alguns factos relevantes que podem levar, ou levaram, agora à necessidade de recapitalização da Caixa provenientes de insuficiências no processo de recapitalização de 2012. Aliás, até começou um bocadinho antes, com o programa da troica, por exemplo. O facto de a Caixa não ter acesso aos 12 000 milhões de euros para a sua recapitalização é injustificável. Creio que isso só pode ser justificado, efetivamente, por uma «birra» ideológica das autoridades europeias e do FMI contra a propriedade pública e contra a gestão pública de um banco. Não se consegue perceber por que é que a Caixa ficou fora desses 12 000 milhões de euros e gostava de perguntar ao Sr. Ministro, embora não tenha estado diretamente envolvido, a sua opinião sobre se isso, depois, teve impacto na forma como foi recapitalizada a Caixa, ou seja, por não poder aceder a essa linha de 12 000 milhões.

Em segundo lugar, percebendo que o plano de negócios foi feito com uma base irrealista, e isso levou a desvio nas suas perspetivas, a própria

recapitalização feita em 2012 parece, efetivamente, ter sido insuficiente, tendo como objetivo o mínimo, ou seja, chegar aos mínimos regulatórios e não propriamente para robustecer a Caixa como ela deve ser robustecida agora com este plano de recapitalização.

Queria perguntar-lhe também se a solução mista que foi encontrada para a recapitalização, ou seja, a subscrição de capital com novas ações e depois com 900 milhões de euros de CoCo, não foi também uma solução que pode ter fragilizado a Caixa em 2013, 2014 e 2015. É que a Caixa está a pagar 90 milhões de euros por ano em juros e isso reduz a margem financeira e terá também impacto no capital. Portanto, pergunto se essa solução com o recurso a CoCo não está também a prejudicar a Caixa atualmente, nomeadamente na sua solvabilidade e no seu rácio de capital.

Pergunto ainda se o ter-se aceitado que esta recapitalização era uma ajuda de Estado não minorou a própria recapitalização e não trouxe impactos que poderiam ser evitáveis se fosse considerado que esta era uma recapitalização feita por um acionista que decide injetar dinheiro no seu banco.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho cinco questões e vou tentar enquadrá-las nos 5 minutos de que disponho.

A primeira tem a ver com algo de que o Sr. Ministro falou na intervenção inicial e que ainda não foi abordado, segundo penso, que tem a ver com a questão da remuneração da gestão.

O Sr. Ministro referiu aqui uma série de opções relativamente à remuneração do presidente, dos vice-presidentes, dos administradores

executivos e não executivos. Pergunto onde é que isso está definido, ou seja, qual é o quadro normativo que preside a essa política que aqui referiu, uma vez que a remuneração dos gestores da Caixa saiu do estatuto do gestor público e, portanto, agora, para ter essas regras que aqui anunciou, isso tem de estar definido em algum lado. Pergunto: onde?

Ainda neste primeiro grupo, a segunda pergunta é esta: qual é a política relativamente aos trabalhadores?

Aquilo que nos disse aqui o atual Presidente do Conselho de Administração foi que o constrangimento da Caixa nos últimos anos foi a impossibilidade de remunerar os trabalhadores de forma adequada numa atividade que é competitiva. Não nos apresentou qualquer referência a dificuldades de remuneração da equipa de gestão, apresentou-nos uma dificuldade remuneratória para os trabalhadores. Pergunto: qual é o racional do Governo para ter uma resposta política para a remuneração da equipa de gestão e não ter resposta política para a remuneração dos trabalhadores e para a sua situação? Se a tem, faça o favor de nos dizer qual é, porque nos parece evidente que mais importante que a motivação da equipa de gestão é a motivação de todos os trabalhadores, que deve ser decisiva para pôr em prática o modelo de gestão que o Governo quer aplicar.

Em segundo lugar, quando fez os convites para a nova equipa de gestão, o que é que foi discutido em termos de necessidades de capital e de *buffers* de capital, para além das necessidades?

Há algum compromisso do acionista com a equipa de gestão que foi convidada sobre *buffers* de gestão? Se há, a que nível é que esses *buffers* estão definidos? Qual é o valor? Se não há, o Sr. Ministro diga aqui que não há, para ficarmos descansados de que não há uma captura do acionista pela equipa de gestão e que não é a equipa de gestão que está a definir qual vai ser a opção do acionista, o que era totalmente impensável do ponto de vista

da gestão de um ativo que é público, de uma instituição financeira tão relevante.

Em terceiro lugar, a questão é sobre o montante. Ficámos a saber que o montante que foi referido pelo atual Conselho de Administração foi de 2000 milhões. Sabemos que os valores que vieram a público, com fontes do Ministério das Finanças — e não entro na discussão sobre se as fontes são verdadeiras ou falsas, mas acho estranho que tantas notícias aparecessem sem que as fontes fossem verdadeiras, não me parece que isso seja possível —, já foram até 5,1 mil milhões de euros.

A questão que coloco é a seguinte: se estivermos a falar, por exemplo, de 4000 milhões de euros, e o Estado, naturalmente, teria de recorrer a dívida para poder fazer esse reforço de capital na Caixa, isso representaria um custo anual, aos juros atuais, de 130 milhões de euros de serviço de dívida para fazer essa operação. O que pergunto é o que é que já foi trabalhado com o IGCP no sentido da redefinição de calendários e da avaliação do custo destas operações e em que alterações é que isso se vai traduzir em termos da política do IGCP, do seu calendário e dos meios que tem para poder fazer uma alteração tão substancial.

Em quarto lugar, refiro uma questão sobre a Mckinsey, que já foi colocada. Há ainda aqui duas questões fundamentais por discutir: uma é o conflito de interesses e outra é a confidencialidade. A que tipo de informação é que a Mckinsey tem acesso, quem é que lha dá e, se não foi contratada por ninguém, com quem é que se comprometeu a manter a confidencialidade? Não conseguimos perceber como é que uma entidade privada que não tem nenhum contrato com a Caixa nem tem nenhum contrato com o Estado tem acesso a informação e como é que é assegurada a confidencialidade dessa informação, porque isso é obrigação do Estado. O Estado tem de zelar pela confidencialidade dessa informação. Como é que o Estado, não tendo

contrato com a empresa e sabendo que ela está a ter acesso a informação, garante a confidencialidade?

Depois, quanto ao conflito de interesses, se não foi feita nenhuma contratação, como é que se sabe que a Mckinsey não está ao mesmo tempo a trabalhar para outras instituições financeiras e que isso não constitui um conflito de interesses manifestamente prejudicial à Caixa Geral de Depósitos?

Como é se assegura, por um lado, a confidencialidade e, por outro, a inexistência de conflito de interesses?

A terminar, queria dizer o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro, em abril, em entrevista à TSF, anunciou a criação de uma unidade de missão, para, segundo as suas palavras, fazer um trabalho muito aprofundado sobre a capitalização das empresas portuguesas, das quais, ainda nas palavras do Sr. Primeiro-Ministro, não estava excluído o sistema financeiro. Pergunto que trabalho é que essa unidade de missão já fez em relação ao setor financeiro, designadamente à Caixa Geral de Depósitos, e a que conclusões é que chegou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, não se importa de repetir a sua segunda pergunta?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não me importo nada, Sr. Presidente.

Era a seguinte: foi acordado com a equipa de gestão, quando esta foi convidada, algum *buffer* que acompanhasse a necessária recapitalização da Caixa? Há esse compromisso?

Em segundo lugar, trata-se de assegurar que não há aqui uma captura do acionista pela equipa de gestão e que, portanto, não há um compromisso que obrigue o acionista a um determinado valor sem ter ainda acesso à

informação sobre as necessidades de capital. E aqui tanto faz as necessidades que tenham a ver com rácios como as que tenham a ver com gestão. A questão aqui é assegurar que o acionista se mantem soberano numa decisão que tem a ver com o montante de capital que vai pôr na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, muito obrigado e desculpe ter feito este pedido mas queria ter a certeza que a pergunta era essa, para se manter dentro dos limites do objeto da Comissão de Inquérito, e está.

Passamos, então, ao Sr. Deputado Miguel Tiago, para apresentar as suas questões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não serão só questões, mas também algumas considerações.

Em primeiro lugar, há pouco, o Sr. Ministro referiu que poderia não haver incumprimento do Plano de Reestruturação de 2012. Não sei se há incumprimento em todas as dimensões do Plano, evidentemente, até porque há partes do Plano que ainda estão a coberto de segredo comercial e só temos acesso à versão que a Comissão Europeia disponibilizou e, portanto, não sabemos. Mas, Sr. Ministro, permita-me que lhe diga que se uma pessoa chegar ao banco e disser «este mês não pago a prestação porque o contrato consigo só acaba daqui a 40 anos e posso pagar a casa até daqui a 40 anos» o banco vai achar que isso é um incumprimento.

O que está escrito no Plano de Reestruturação de 2012 é que durante o ano de 2014 a Caixa tem de pagar a totalidade dos CoCo, uma parte com o capital criado pela venda da Caixa Seguros e outra parte utilizando um excesso de capital que estava previsto existir naquela altura, em 2014. Isso não se verificou, portanto, há um incumprimento, e não se pode dizer que o

Plano de Reestruturação é até 2017 porque, de facto, o que está previsto é que aquela parte específica do Plano ocorra até 2014.

É verdade que o próprio Plano tem respostas para a contingência de tal pagamento não poder ser feito, o que não significa que não seja um incumprimento de um preceito do Plano. Aliás, o Plano diz mesmo que só pode não haver aquele pagamento se a Caixa tiver um rácio de solvabilidade que não lhe permita fazê-lo. Isso por si só coloca todo o Plano de Recapitalização de 2012 em causa.

Se é suposto que a Caixa, em 2014, com um Plano que devia durar até 2017, se torne viável sem mais nenhuma ajuda de Estado — porque, caso tome outra ajuda de Estado, a Caixa tem de entrar em processo de resolução —, este Plano de Recapitalização tinha de partir do pressuposto de que a Caixa, com aquele capital, com 1650 milhões de euros, incluindo os CoCo, tinha de regressar a uma viabilidade completamente autónoma e sem novos apoios.

Portanto, Sr. Ministro, parece-nos que há aqui um incumprimento, se não total pelo menos parcial, do Plano.

Outra nota que queria deixar é que o anterior Governo, pelo que já pudemos saber aqui, vendeu um produto financeiro à Caixa que já fez com que esta tenha gasto 450 milhões de euros para o manter, com os 90 milhões de euros anuais, a ser verdadeiro o número que aqui nos foi dado. Ou seja, a Caixa já perdeu 450 milhões de euros para pagar os juros pelos CoCo, que o Estado lhe emprestou, quando podia ter sido capitalizada naquele valor, não o perdendo em juros e usando-o, inclusivamente, para estar hoje mais folgada do ponto de vista do rácio de solvabilidade.

Bem sei que o Sr. Ministro não está nesta Comissão para dar opinião, mas aproveitamos estes minutos que temos também para explicar um pouco a nossa posição. O que nos parece, neste momento, é que os CoCo foram a pior opção e estarão certamente ligados com futuras necessidades de capital,

porque até agora os CoCo, o capital contingente disponibilizado à Caixa, só representou uma despesa para a Caixa e num contexto em que esta nem sequer consegue remunerá-los.

Protestos da Deputada do PSD Inês Domingos e contraprotestos do Deputado PS João Galamba.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados importam-se que o nosso colega Miguel Tiago continue a falar?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora é só para dizer que o capital injetado sob a forma de CoCo já foi remunerado em 450 milhões de euros de juros mas não teve amortização nenhuma. Portanto, a Caixa, por aquele valor, já pagou muito mais e isso pesa no balanço da Caixa.

Sr. Ministro, esse Plano de Recapitalização de 2012 também diz que a Caixa tem um rácio de crédito em risco de cerca de 12%, o que está em linha com o sistema financeiro e é até um número bastante razoável, e tem capacidade de capital para suportar, à cabeça, 60% desse crédito, caso se materialize o incumprimento. Isto em 2012, são os números que estão disponíveis no Plano de Recapitalização, que diz mais: diz que isso deve descansar as preocupações com futuras perdas e futuras necessidades de capital.

O que é que aqui está mal neste número? A Caixa não tem 12% de crédito em incumprimento ou não tem os 60% para cobrir esse crédito em incumprimento, ou, entretanto, o crédito em incumprimento aumentou, o que pode ter sido o caso, ou as reservas para crédito em incumprimento baixaram. Alguma destas condições tem de se verificar para que aquele número se tenha alterado e haja novas necessidades de capital.

Já agora, o Plano de Recapitalização também diz uma outra coisa: que as necessidades de capital da Caixa foram determinadas pela troica, ou seja, que as necessidades de capital a que o Governo PSD/CDS atendeu com aquele Plano de Recapitalização foram determinadas pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, e talvez tenham sido determinadas, como nos outros bancos, muito por baixo, para fingir que não havia grandes necessidades de capital, para fingir que os 12 000 milhões de euros iriam chegar — na verdade, não chegaram — para tapar os buracos que os bancos tinham. Se calhar, no caso da Caixa isto também era verdade.

Para terminar, pergunto se do ponto de vista do Plano de Recapitalização de 2012 este raciocínio pode ser feito: o Plano de Recapitalização de 2012 tinha um conjunto de objetivos e visava garantir que a Caixa se tornava totalmente independente de ajudas públicas, porque não pode ter mais ajudas públicas. Nos termos da lei, a Caixa não pode ter mais ajudas públicas a não ser num contexto de resolução e, portanto, aquele Plano visava devolver a total viabilidade e autonomia à Caixa.

Mesmo ignorando que o Governo neste momento afirma — ou pelo menos o PS disse agora — que há intenção não só de capitalizar até ao capital regulatório mas ainda de um *buffer* e de uma capacidade para melhores condições de financiamento, há uma necessidade de capital regulatório que não foi escondida e, portanto, ou o Plano estava mal feito ou não foi cumprido...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ou as taxas desceram!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e o PSD está nesta Comissão a fazer o mesmo que tentou fazer no BANIF, que é rebentar com o banco e andar a esconder o problema, e agora quer que a bomba rebente nas mãos de outro governo.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos continuar? Posso dar a palavra ao Sr. Deputado Adão Silva?

É que estão em *tête-à-tête* mas depois não se percebe o que dizem.

Srs. Deputados, posso recordá-los que estamos numa audição do Sr. Ministro das Finanças?

Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na verdade, não apenas estamos numa audição do Sr. Ministro das Finanças como estamos a falar para milhares, eventualmente milhões, de portugueses.

Nesta perspetiva, espero que V. Ex.^a, Sr. Ministro das Finanças, me responda a algumas perguntas que lhe vou fazer, porque seria inadmissível persistir nalgumas evasivas, que foi a forma como respondeu ao meu colega Deputado Hugo Soares.

Tenho aqui algumas perguntas sobre a questão, que tantas vezes reafirmam, da urgente necessidade de capitalização da Caixa Geral de Depósitos. E chegam até a falar que há aqui um buraco, um desvio, sendo que, depois, o Sr. Ministro hoje nos disse que, afinal, ainda não está quantificada a necessidade desta recapitalização. Ou seja, o montante, o valor, os senhores não sabem ainda, o que é uma coisa estranha, porque não têm feito outra coisa senão difundir números mais ou menos contraditórios e avultadíssimos acerca destas necessidades de recapitalização.

Aliás, se fosse mesmo urgente, qualquer cidadão que nos esteja a ouvir diria o seguinte: «mas se é tão urgente esta recapitalização,...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Estou a ver que não ouviu o José de Matos!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — ... o que é que andaram a fazer durante os oito meses que este Governo já leva?!» O que andaram a fazer? Era tão urgente, tão instante, tão pressionante e, afinal, ao fim de oito meses, não há nada sobre esta matéria. Mais: está agora a começar a estudar-se. Tudo está em aberto, ainda demorará muito tempo até que se chegue a alguma conclusão.

Assim, a minha pergunta é a seguinte: tem alguma previsão do tempo necessário para chegar à tal conclusão?

A segunda pergunta tem a ver com o uso aqui de uma expressão pelo Presidente da Caixa Geral de Depósitos e pelo Governador do Banco de Portugal, que disseram que o valor para a recapitalização tem a ver com a ambição do acionista.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só os privados é que podem ter ambição!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Foi uma forma subtil de dizer que o valor dificilmente é determinado apenas por razões objetivas, havendo aqui elementos de circunstância, subjetivos até, do próprio acionista.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Só os privados é que podem ser ambiciosos!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Hoje fica-se a saber que o valor de 2000 milhões de euros que já aqui foram falados seria um valor base, um valor acertado, um valor possível, mas claro que este Governo quer mais, tem mais

ambição, quer pôr mais dinheiro, quer pôr mais milhões, não sei se não será mesmo milhares de milhão, para o tal *buffer*, para a tal almofada. Para estar confortável, a nova Administração da Caixa tem de estar devidamente confortada,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para se financiar!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — ... devidamente recostada numa almofada financeira.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não sabe o que é um banco!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Só o Sr. Deputado João Galamba é que sabe tudo! É uma humildade...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sim, Sr. Deputado João Galamba, devidamente recostada.

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, posso pedir-vos uma vez mais...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Dizia eu que o Governo quer que a nova Administração esteja devidamente recostada numa almofada de segurança, que, no fundo, é a tal ambição.

A pergunta que sobra aqui e que os portugueses farão é esta: quanto é que vale esta ambição? E, em segundo lugar, quem paga esta ambição? Seguramente, pagam os portugueses! Pagam os portugueses porque eles são, no limite, os últimos e diretos acionistas deste banco.

Mas, se pagam os portugueses, a pergunta que os pode inquietar é: de onde sai este dinheiro? Já sabemos que o dinheiro não cai aos trambolhões

do céu e que também, se calhar, não nasce debaixo das pedras. Então, de onde vem este dinheiro? Vai ser pago, com certeza, pelo Governo, com o Orçamento do Estado, retirando dinheiro à saúde, à educação, à segurança social, enfim, dinheiro que, porventura, era necessário para o investimento que o Estado deve fazer em termos públicos.

Portanto, gostávamos de saber, Sr. Ministro, de onde vem este dinheiro, de onde é retirado, para pôr no *buffer*, na tal almofada.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isto é a CPI?!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Ministro, queria deixar-lhe ainda mais algumas perguntas.

Falou-se aqui do contrato com a McKinsey, do contrato com o escritório de advogados e o Sr. Ministro não sabe nada disto, ou, pelo menos, não sabia. Ora, sinceramente, porque é dinheiro público que vai pagar isto, os portugueses têm necessidade de saber isto. É dinheiro deles que vai pagar o contrato com McKinsey e o contrato com o escritório de advogados.

Portanto, a pergunta é a seguinte: neste momento da audição, o Sr. Ministro já sabe quem é que vai pagar e, se já estão feitos os contratos, quanto vai custar?

O Sr. Ministro, de alguma maneira, tem lançado muitas dúvidas sobre este processo — isto é muito evidente —, dúvidas até ao mais alto nível. Bem recentemente, o Sr. Presidente da República anunciou a todos os portugueses que ficassem tranquilos porque rapidamente, num prazo de 10 dias — dizia ele em 5 de julho —, iria haver nova Administração na Caixa.

A minha pergunta é esta: quem é que enganou o Sr. Presidente da República? Quem é que o enganou?! Certamente que o Sr. Presidente da República não disse, de ânimo leve, que daí a 10 dias iria haver nova

Administração na Caixa. Alguém lhe deu informação! A minha pergunta é: quem é que deu esta informação errada ao Sr. Presidente da República?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Adão Silva, peço-lhe que termine.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A última pergunta é para saber se o Sr. Ministro pode garantir hoje, no final de julho, que no final de agosto haverá mesmo uma nova Administração na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira.

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria saudar o Sr. Ministro das Finanças e a sua equipa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, precisamente porque estes nossos trabalhos têm um impacto interno e externo, penso que é importante começar pelo fundamental, que já foi aqui referido pelo Sr. Ministro mas que eu queria realçar, que é o facto de a Caixa Geral de Depósitos ser um banco sólido, um banco que queremos preservar como banco público, que queremos que tenha um plano de negócios que desempenhe as suas funções na sociedade portuguesa e, já agora, *en passant*, que dê alguns dividendos ao Orçamento do Estado, se possível, coisa que deixou de acontecer nos últimos anos, mas os resultados negativos da Caixa têm vindo a ser cada vez menores.

Continuo perplexo, e vou começar a minha questão por algo que já foi aqui aflorado mas continuo a não conseguir perceber e talvez alguém me consiga explicar, com esta utilização das obrigações convertíveis em capital, os CoCo, em 2012.

Estive agora a reler a Decisão da Comissão Europeia de 23 de julho de 2013. A Comissão Europeia teve de se pronunciar, num documento

escrito, sobre esta recapitalização sob duas formas, aumento de capital e CoCo, e que, a certa altura, diz o seguinte, que é muito interessante ler — vou traduzir diretamente do inglês —: «A Caixa Geral de Depósitos submeteu um Plano de Reestruturação que inclui quatro elementos: ponto 1 — a desalavancagem do balanço da Caixa Geral de Depósitos; ponto 2 — aumento da eficiência operacional; ponto 3 — reestruturação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha; ponto 4 — repagamento dos 900 milhões de euros de CoCo durante o período de reestruturação».

Ao longo deste texto, que é muito cumprido e que, obviamente, não vamos ter tempo para analisar aqui, a Comissão Europeia relembra que estas operações, nos bancos em geral e não só na Caixa Geral de Depósitos, enquanto estiverem em curso levam ao não pagamento de dividendos.

Ora bem, a única leitura que consigo fazer — porventura, o Sr. Ministro poderá ter outra — para a utilização dos CoCo é que a única maneira de a CGD, neste período em que não deu dividendos ao Estado nem pagou impostos, pagar ao Orçamento do Estado é precisamente através dos juros desses CoCo.

Portanto, a única maneira que conheço de o Estado conseguir receber dinheiro, para o Orçamento do Estado, de uma empresa pública que não tem resultados operacionais positivos é esta: é fazer CoCo e receber um juro, que foi de 9% em 2015. Repito: 9%!

O valor exato dos juros pagos em 2015 pela CGD ao Estado foi de 81 milhões de euros, para um empréstimo de 900 milhões, o que dá um juro de 9,01%. É uma coisa inacreditável!

De facto, do ponto de vista do Orçamento do Estado, percebo que dê jeito, a quem o está a fazer, receber juros adicionais. É bom, é mais uma ajudazinha para uma coisa que é difícil, que é reduzir o défice orçamental; mas fazer isto através de uma descapitalização da Caixa não me parece nada adequado.

Sr. Ministro, se possível, gostava que comentasse este ponto.

Outro ponto que eu gostaria de realçar é que é evidente que o Sr. Ministro poderá ou não comentar o papel do supervisor na altura mas vamos ter de o apurar aqui, nesta Comissão de Inquérito. Ou seja, nesta Comissão vamos ter de apurar se o supervisor, que não é o Sr. Ministro, obviamente, mas o Banco de Portugal, na altura da capitalização, reconheceu ou não de forma adequada as imparidades, e se não o fez, porquê.

Não sei se o Sr. Ministro tem opinião sobre isto, que, obviamente, não é a sua função, é uma pergunta que tem de ser feita ao regulador, mas, apesar de tudo, a questão de as imparidades serem ou não reconhecidas é muito importante. É que se não foram, obviamente que as necessidades de capitalização da Caixa hoje são muito maiores do que seriam se tivessem sido reconhecidas na altura.

Já esgotei o meu tempo e agradeço a vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Ministro, que, como referi, tem 25 minutos para responder, mas faria apenas uma consideração genérica.

Não interrompo os Srs. Deputados quando eles fazem intervenções, como é óbvio, mas lembro apenas ao Sr. Ministro, porque em algumas das intervenções houve referência a valores e à capitalização, que o objeto da capitalização está definido e, portanto, o Sr. Ministro responderá dentro desse objeto.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou responder a algumas das questões de forma agregada porque elas têm o mesmo fundo e é importante referirmos aqui qual é o objetivo com que um acionista capitaliza uma instituição — neste caso o objeto é a Caixa Geral de Depósitos.

A ideia que é importante manter é que este processo de capitalização — este da Caixa e qualquer outro — é e deve ser visto como um investimento. E, como qualquer investimento, esse processo tem um retorno esperado. No caso concreto da Caixa Geral de Depósitos determina-se a sua validade e a sua robustez nos resultados que a Caixa puder e vier a ter e também, no caso concreto do Estado enquanto acionista, obviamente, como foi referido aqui nesta última intervenção do Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira, na forma de impostos que a Caixa paga por ter essa atividade e por ter esses resultados. Ou seja, do ponto de vista do Governo, há uma perspetiva de que potenciação da capitalização da Caixa possa vir a gerar um retorno para o acionista, isto é, para o Estado, desse exercício de capitalização.

É evidente que a capitalização torna o banco mais robusto, coloca-o numa perspetiva concorrencial mais forte, numa perspetiva que já não é estritamente nacional e, obviamente, é importante que tenha acesso, como qualquer banco europeu, aos mercados de financiamento, porque, como banco, tem de se financiar, e uma Caixa capitalizada, num contexto europeu, dentro daquilo que são os níveis de capitalização de bancos de dimensão semelhante e com coberturas de risco semelhantes, é a única forma de a Caixa desempenhar este papel importantíssimo para a economia portuguesa, de intermediação financeira e de se poder financiar nos mercados tal como os outros bancos.

Já falei aqui várias vezes na tal distribuição de rácios de capital que existem. Existem muitos e diversos rácios de capital, a amplitude da distribuição é grande e também é verdade que isto acontece dentro dos bancos públicos e muitos dos bancos públicos europeus, porque ainda há muitos bancos europeus que têm capitais exclusivamente públicos, têm rácios de capital de facto bastante significativos. É importante para a instituição e para aquilo que eu disse que era o primeiro compromisso, do

ponto de vista da governação, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que é concentrar-se na atividade bancária da Caixa e na atividade de concessão de crédito e não em agir como uma instituição de recuperação de crédito ou também de dispersão da atividade da Caixa fora do *core* bancário. Isto é absolutamente crucial.

O Sr. Deputado Moisés Ferreira começou por me colocar exatamente esta questão e penso que até usou a expressão «investimento». É preciso interpretar a capitalização como um processo de investimento e também como ajuda, quando se interpõe à questão dos CoCo. Os CoCo, por serem uma forma de capitalização que, digamos, não é definitiva, pois o objetivo deles é o de serem devolvidos, serem pagos, é uma forma mais ou menos instigadora de confiança na instituição, porque são uma forma frágil de financiamento e de capitalização da instituição.

É evidente que eles têm uma remuneração e posso concordar com a leitura que o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira faz porque, na verdade e de facto, os CoCo, neste período, foram financiados, como, aliás, constatámos há pouco e, portanto, os 900 milhões de euros estão, de certa forma, refletidos no endividamento do Estado e, depois, têm uma contrapartida financeira na forma de juros, que é o que a Caixa paga por essa forma de capital. Portanto,...

O Sr. **Paulo Trigo Pereira** (PS): — Reduz o défice e aumenta a dívida!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Exatamente.

É importante pôr isto em perspetiva, porque, na verdade, quando injetamos capital, quando capitalizamos a instituição Caixa, estamos de facto à espera que essa capitalização tenha um retorno para quem coloca o dinheiro, que é o Estado — ou seja, somos todos nós —, e que essa

capitalização produza esse retorno, possibilitando à Caixa exercer de forma mais capaz as suas funções enquanto entidade financeira e bancária em Portugal. Portanto, é importante que a Caixa esteja com níveis de capitalização adequados.

A Caixa é uma instituição que merece — e todos temos feito isso, penso, e espero que assim seja — uma menção à confiança que toda a sociedade portuguesa tem nela, mas a verdade é que neste momento, como também já todos reconhecemos, a Caixa Geral de Depósitos necessita de capitalização e é esse processo que faremos e que está neste momento em curso.

A questão das remunerações da gestão é algo a que me referi muito explicitamente. É um objetivo que, mais uma vez, tem como fundamento colocar a Caixa como uma entidade que compete num mercado onde não pode deixar de estar integrada,...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E que está a correr muito bem!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — ... é a forma mais eficaz de o acionista controlar essas remunerações e, obviamente, há um acordo de empresa na Caixa Geral de Depósitos que abrange os seus trabalhadores.

A remuneração dos trabalhadores é uma matéria essencial, as frases que lhes dediquei, na minha introdução, têm exatamente esse fundamento. É evidente que o acordo de empresa da Caixa Geral de Depósitos é uma peça importantíssima, existe e tem de ser utilizada da mesma maneira que todas as outras formas de incentivos nesta matéria, numa instituição tão importante como é a Caixa Geral de Depósitos, e obviamente que isto é um compromisso com os seus trabalhadores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estão sujeitos ao Orçamento do Estado, não estão?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — A nova equipa de gestão tem, com o acionista, um plano de negócios, que está em debate, em concretização na sua definição, e é sobre esse plano de negócios que a equipa de gestão vai responder, tendo, como é evidente, metas e princípios muito estritos sobre essa matéria.

Pelo menos dois Srs. Deputados referiram de novo os valores de capital e as fontes de informação, associando-as ao Ministério das Finanças. Volto a dizer que quando as qualifico como não sendo fontes do Ministério das Finanças não estou sequer a dizer se são verdadeiras ou falsas, estou só a dizer que não são fontes do Ministério das Finanças.

A determinação do montante de capital vai ser feita apenas após a tomada de posse da nova Administração, precisamente porque a análise que está neste momento a ser apresentada e debatida com as instituições europeias e nacionais, nesta matéria, é e foi feita com informação pública, não de fontes reservadas, e necessita deste nível adicional de refinamento para que se determine, dentro do contexto que é o objeto do plano de negócios, qual é o nível de capitalização adequado para a Caixa Geral de Depósitos.

A questão das condições de crédito e os níveis de crédito que a Caixa Geral de Depósitos tem e que, de certa forma, estão em incumprimento, insere-se no contexto nacional, ou seja, é uma questão transversal à maior parte dos bancos nacionais e, de certa maneira, até europeus. Esse nível de incumprimento tem vindo a aumentar e é verdade que o Governo tem dedicado uma atenção particular à questão da capitalização das empresas. O incumprimento bancário também tem muito a ver com isso, ou seja, não se

resolve esse incumprimento apenas dentro dos balanços dos bancos, resolve-se também dentro dos balanços das empresas e com a sua capitalização.

Na Unidade de Missão que o Sr. Deputado referiu há um capítulo dedicado a essas matérias, que estão a ser trabalhadas com o Banco de Portugal, com o Ministério da Justiça, com o Ministério das Finanças e com o Ministério da Economia, no sentido de se encontrarem formulações e soluções alternativas para este problema, que não se resolverá apenas dentro dos balanços dos bancos.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Quanto à questão do incumprimento, que o Sr. Deputado Miguel Tiago referiu, na verdade, acho que poderemos facilmente estar de acordo. A reação que tive da primeira vez que falei sobre isto, na sequência da questão que levantou, era, talvez, uma questão mais formal, mas não a compararia com o incumprimento do crédito bancário, porque, enfim, às vezes as palavras têm peso...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Agora tem peso!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — ... e esse incumprimento tem as consequências que sabemos. Mas a verdade é que os compromissos que estavam naquele programa não foram satisfeitos no momento em que tinham de o ser.

Quanto à questão da ambição, que o Sr. Deputado Adão Silva colocou, tenho a certeza que o senhor não tem falta de ambição para a Caixa, portanto, não é aí que divergimos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas tem uma ambição responsável!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Temos exatamente um nível de ambição para a Caixa Geral de Depósitos que é explicado da seguinte forma: é necessário colocar a Caixa num quadro concorrencial bastante complexo, como é o sistema europeu financeiro, de forma a ter capacidade para ser um agente relevante e interveniente nesse sistema.

A Caixa é muito importante, do ponto de vista doméstico, para o sistema financeiro nacional e tem de ter uma projeção nesse sistema que seja compatível com a ambição que todos nós colocamos na Caixa Geral de Depósitos. Portanto, para que não entremos em soluções que acabam por gerar desvios, é importante que a Caixa possa estar concentrada na sua atividade bancária e na capacidade de conceder crédito, atrair poupanças e ser um instrumento de financiamento muito ativo na economia portuguesa. Para isso, a Caixa tem de estar capitalizada, e é esse valor que é necessário encontrar para dar à Caixa o espaço suficiente para que seja um instrumento de progresso no sistema financeiro e na economia portuguesa.

Esta ideia de que temos muita economia e pouco sistema financeiro ou muito sistema financeiro e pouca economia só esquece um aspeto: eles estão completamente interligados. Portanto, não é possível fazer desenvolver uma economia sem um sistema financeiro forte e robusto, como também, obviamente, não é possível ter um sistema financeiro forte e robusto numa economia débil. Mas esquecer que existe esta interligação é, Sr. Deputado, e vou ser completamente honesto consigo, aquilo que nos leva a saídas como aquela que encontramos, em que, na verdade, passados poucos dias, o sistema financeiro entrou no processo em que entrou. Isso é o que não permite que a economia, a tal que sustenta o sistema financeiro, seja ela própria sustentada por esse sistema financeiro, porque ele tem debilidades.

Portanto, devido a esta interação muito próxima dos dois sistemas, eles não podem nunca funcionar separadamente, têm de existir de forma coesa.

O dinheiro da capitalização da Caixa vem, portanto, da ideia de que isto é um investimento e tem de ser entendido como tal. Como qualquer investimento, tem de ter um retorno.

Quando fazemos investimentos como os da saúde, da educação, da segurança social, todos eles são investimentos na nossa sociedade. É isso que tem de acontecer, ou seja, este investimento na Caixa Geral de Depósitos tem de ser entendido e analisado com o grau de exigência de todos os investimentos previstos no Orçamento do Estado, aos quais não gostaria de me referir como «despesa», pois são investimentos na nossa economia.

Não se tem despesa em educação, tem-se investimento em educação e aqui é exatamente a mesma coisa. O que estamos a fazer é algo que tem de ter um retorno; se este retorno não existir, podemos pôr isto em causa e colocar a questão do «para quê?». Mas é precisamente esta a pergunta a que tem de se responder inicialmente: para quê? E aqui o «para quê?» é muito claro: é para que a Caixa possa desempenhar as funções que tem de desempenhar no sistema financeiro português.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Passamos, então, à 3.^a ronda de perguntas, pela mesma ordem, cujas respostas também serão dadas no final.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, pretende intervir?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Sr. Deputado João Almeida, pretende intervir?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quantos minutos são, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — São três minutos para cada grupo parlamentar e 10 minutos para o Sr. Ministro responder no fim, sendo que agora já ficou mais equilibrado, porque era 15/10, mas, sem o Bloco de Esquerda, fica 12/10.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não gastarei os três minutos, Sr. Presidente.

A primeira questão é sobre os trabalhadores. Já ficou aqui clara a divergência relativamente à prioridade, sendo que, havendo condições para reverter as restrições que foram impostas a gestores e trabalhadores, do nosso ponto de vista, fazia sentido começar pelos trabalhadores.

Parece que o Sr. Ministro assume isso e só o informo de uma coisa: é que o acordo de empresa não está a ser praticado neste momento. Os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos às regras do Orçamento do Estado e às restrições do Orçamento do Estado. Se o senhor diz que é um compromisso com os trabalhadores, então, esse compromisso é retirar os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos das regras do Orçamento do Estado? É que senão não é compromisso nenhum!

A questão é esta: ou o compromisso é retirar do Orçamento do Estado ou, então, é manter como está. Portanto, para tranquilidade dos trabalhadores

da Caixa Geral de Depósitos, pedia que não houvesse aqui mais uma questão, que é a de que ninguém saber, afinal, o que é que o Sr. Ministro disse.

Portanto, gostaria que o Sr. Ministro clarificasse se vai retirar ou não, na proposta de Orçamento do Estado para 2016, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos das regras do Orçamento do Estado — é isso que eles reivindicam — e, se for assim, essa é uma boa notícia para os trabalhadores e, certamente, o Sr. Ministro terá todo o gosto em anunciar isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, presumo que se referia à proposta de Orçamento do Estado para 2017.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, sim, para 2017. Muito obrigado, Sr. Presidente, sempre atento.

Sobre a questão dos CoCo temos evitado falar, porque achamos que é óbvio que esta questão deve ser esclarecida por quem tomou a decisão política e, portanto, andar a especular sobre opções quando quem tomou a opção política ainda não se pronunciou sobre a matéria, não é... Acho que a seu tempo discutiremos essa matéria.

É verdade aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira que o efeito prático dos CoCo era a redução do défice e o aumento da dívida – isso é absoluto...

O Sr. **João Galamba** (PS): — E a descapitalização da Caixa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado João Galamba, por isso é que eu disse que o Sr. Deputado Paulo Trigo Pereira tinha razão, porque isso já não faz sentido nenhum. O senhor não pode falar de descapitalização quando está a falar do custo de uma capitalização. O

capital aumentou; pode não ter aumentado tanto em função do custo dessa capitalização mas não é certamente uma descapitalização.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Claro que é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, não acrescente ruído àquilo que estava bem dito. Tente conter-se! Tente conter-se! E vamos manter isto naquilo que é rigoroso.

Aquilo que se passa, e eu perguntei-lhe isso há pouco, Sr. Ministro, é o efeito na dívida da opção que agora vai ser tomada, que, na melhor das hipóteses, é neutra para o défice — repito, na melhor das hipóteses, é neutra para o défice — mas também aumentará a dívida, porque o Estado não tem forma de recapitalizar a Caixa sem se endividar.

Por isso é que perguntei qual é a alteração, do ponto de vista do IGCP, do calendário e das necessidades identificadas pelo IGCP, em função não do plano de capitalização mas das necessidades que o Governo reconhece que a Caixa tem. Repito, não estou a falar no plano de capitalização, nem posso, estou a falar das necessidades que a Caixa tem.

Finalmente, uma pergunta óbvia. Na minha linguagem eu pergunto-lhe qual é a diferença; na linguagem do Sr. Ministro pergunto qual é o desvio. Na linguagem do Sr. Ministro, qual é o desvio para a previsão da dívida pública para 2017, 2018 e anos seguintes em função da dívida adicional que virá para capitalizar a Caixa Geral de Depósitos? Qual é o desvio que o Sr. Ministro vai assumir na sua previsão para a dívida pública em 2017 e 2018 — e continuo a dizer que nas minhas palavras é diferença não é desvio, mas não queria, uma vez que isso é da responsabilidade do Sr. Ministro, fugir àquela que tem sido a sua referência.

Por último, algo que ficou completamente fora da resposta do Sr. Ministro: como é que se assegura que a McKinsey, ou outra empresa

qualquer, ou outro consultório de advogados não está a ter acesso a informação confidencial e não tenha um conflito de interesses na sua atividade junto da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — E ia o Sr. Deputado João Almeida ser telegráfico...

Risos

Entretanto, o Sr. Deputado Miguel Tiago deu indicação à Mesa que prescindia de intervir na 3.^a ronda e, por isso, passo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, tentarei ser telegráfico e, se não for interrompido, conseguirei, provavelmente, cumprir os três minutos de que disponho.

Portanto, em três minutos colocarei três perguntas muito concretas ao Sr. Ministro das Finanças, sendo a primeira para perceber definitivamente o seguinte: o Sr. Ministro afirmou – e espero ter percebido bem, por isso é que lhe estou a dar oportunidade de me corrigir se eu tiver percebido mal, evidentemente – que o montante exato de necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos só será apurado depois de uma auditoria que o Governo, o acionista, encomendará à nova administração.

Perguntando-lhe isto, e se eu estiver certo, está o Sr. Ministro a dizer que antes de termos um montante exato temos ainda o tempo que demorará a tomar posse a nova administração, pelo menos até ao final do mês de agosto, o tempo da auditoria e só depois saberemos o montante exato das necessidades de capitalização da Caixa.

Pergunto-lhe se isso demonstra uma urgência urgente, passo a redundância, Sr. Ministro,...

O Sr. **Presidente**: — Uma urgência premente.

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — ... na capitalização da Caixa Geral de Depósitos.

A segunda pergunta é a seguinte: relativamente a estas necessidades de capitalização da Caixa Geral de Depósitos tem algum impacto a decisão de hoje do Banco de Portugal – que deve conhecer, certamente –, que decidiu aplicar um regime de implementação gradual da reserva de fundos próprios para as instituições de importância sistémica para o ano de 2018 e 2019, quando isso estava previsto para 2017, dando mais tempo às instituições financeiras?

Por último, Sr. Ministro, pedia-lhe não uma opinião, mas tenho a certeza que sabe isto por inerência de função e até pelo exercício académico que o Sr. Ministro fará relativamente a estas matérias, sobre se as taxas de juro não tivessem tido a baixa que ninguém esperava, julgo eu, nem o Sr. Ministro das Finanças, nem à data nem agora, de 2012 até agora, poderíamos hoje estar a dizer que a gestão operacional da Caixa tinha, neste momento, não o tal desvio de provisões mas um resultado operacional bastante positivo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, foi injusto consigo; foi mesmo telegráfico.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Gostaria apenas de dizer que a notícia que o Sr. Deputado Hugo Soares acabou de citar ajuda a explicar por que é

que as necessidades de capital de um banco não podem ser hoje exatamente apuradas...

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — Ora, ora...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas é o PSD que tem exigido um número para as necessidades de capital...

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Agora, já não há propostas escritas?...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

Queira continuar, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

As intervenções do PSD, nomeadamente a de há pouco do Deputado Adão Silva, em quase que dizia que «enquanto houver uma criança numa fila para um hospital nem mais um cêntimo para a Caixa»...

Protestos do PSD.

... parecem não perceber que a Caixa Geral de Depósitos é um ativo e quando se injeta capital num banco está a investir-se nesse banco, e um banco, ao contrário do que disse, não empresta os depósitos que recebe, concede crédito se os projetos forem rentáveis para o banco e na medida da sua disponibilidade de capital.

Portanto, obviamente que decidir pôr mais ou menos capital num banco pertence ao âmbito do plano estratégico e do plano de negócios que o

acionista tem para o banco e não é uma determinação do regulador, porque o regulador não entra nisso...

Protestos do PSD.

Mas nós ficamos a perceber e isso ajuda-nos a entender por que é que...

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pela enésima vez, pedia — estamos quase a chegar ao fim dos nossos trabalhos, a reunião já vai longa — que, se não se importassem, deixassem o Sr. Deputado João Galamba terminar, para podermos dar a palavra ao Sr. Ministro.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É legítimo que o PSD considere que investir na Caixa é um desperdício; agora, quem quer...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Usadamente é!

O Sr. **João Galamba** (PS): — O Sr. Deputado não está a perceber, que a decisão de injetar capital num banco determina o volume de crédito que esse banco pode conceder e, portanto, se acharmos que...

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, por amor de Deus!... Podemos terminar ou não? Falta um minuto para o Sr. Deputado João Galamba terminar. Não se importam?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Símbolos religiosos!?!...

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei, violei o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, mas faço-o por convicção.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, em primeiro lugar, parece-me evidente que o Estado não só tem o direito como tem o dever de ser ambicioso, nomeadamente quando tem instituições financeiras. Aliás, seria muito estranho ver um acionista privado dizer do seu banco: «faremos o mínimo que o regulador manda e nem mais um tostão, porque o que nos interessa é cumprir a lei». O que se espera de um acionista privado é que, se valoriza o seu ativo, entenda que deve investir nele. Ora, a mesma lógica aplica-se ao Estado, a não ser que se entenda que o Estado não deve ter esse interesse nem deve valorizar assim o seu banco público.

Obviamente que essa é uma posição legítima e se essa é a posição do PSD, e o PSD depois esclarecerá, o PS, então, só tem uma leitura em relação a isso: para o PSD ter um banco público é um fardo! É uma chatice que nos aconteceu...

Protestos do Deputado Adão Silva do PSD.

Ó Sr. Deputado, se o senhor entende que o Estado é ambicioso por querer investir no banco e isso é um desperdício, sou forçado a concluir que o Sr. Deputado entende...

Protestos do Deputado Adão Silva do PSD.

... que um Estado que valoriza o seu ativo, que quer investir nele e dotá-lo dos meios financeiros, operacionais e estratégicos necessários para a prossecução dessa função, é um luxo, um desperdício, algo injustificado.

Essa é uma posição legítima, mas, então, concluem aquilo que é o corolário dessa afirmação: é que os Srs. Deputados do PSD não têm qualquer interesse em investir no banco público, porque não têm qualquer interesse em que a Caixa seja pública.

Protestos do Deputado Adão Silva do PSD.

Isso é, aliás, e termino, Sr. Presidente — e penso que não estarei a ser demasiado especulativo, porque há sucessivas declarações do ex- Primeiro-Ministro que o demonstram —, dizendo que se hoje Passos Coelho fosse primeiro-ministro o que estaria a dizer ao País perante o incumprimento e a incapacidade de a Caixa reembolsar CoCo era aquilo que durante muito tempo ouvimos à direita portuguesa, ou seja, que o Estado não pode recapitalizar a Caixa e, portanto, a única maneira de a Caixa cumprir as determinações do regulador e de reembolsar os CoCo, que expiram em 2017, seria iniciar, em 2016, a abertura a privado, como foi várias vezes referido pelo ex-primeiro ministro e como foi sempre a sua ambição. Não sei se é de todos os Deputados do PSD, mas é, seguramente, da pessoa que ainda lidera hoje esse partido.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa para dois efeitos: o primeiro para dizer que, de facto, como há pouco referi, os Srs. Deputados são livres de fazer as considerações que quiserem...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Obrigadinho!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — ... agora não podem, julgo eu, é deixar insinuações como aquela que acabámos de ouvir e...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não é uma insinuação, é uma afirmação!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — ... não obterem qualquer resposta, porque, Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe, só para lembrar, porque tem a ver com o requerimento que vou apresentar de seguida — e diria que é a apresentação do mesmo —, que se a realidade tivesse qualquer respaldo nas afirmações, que, eu diria, enfim,...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Vai dizer que é uma alucinação!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não vou dizer que é uma alucinação, Sr. Deputado João Galamba, mas vou dizer que é, no mínimo, uma grande fantasia sua...

Portanto, se a realidade tivesse qualquer respaldo nas suas afirmações, o Governo anterior não teria recapitalizado a Caixa, em 2012, quando o Governo que o antecedeu a deixou na falência. É que foi, de facto, o Governo anterior que a recapitalizou.

Protestos do Deputado João Galamba do PS.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Deputado João Galamba a mesma coisa que pedi aos outros Deputados há pouco.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Queria, então, anunciar que o PSD apresenta um requerimento para que seja pedido ao Banco de Portugal os estudos macroeconómicos que tiveram como base o plano de negócios da Caixa Geral de Depósitos em 2012.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, já lhe disse isto uma vez e torno a dizer: as interpelações à mesa têm um conteúdo regimental.

Se o Sr. Deputado achou que a bancada do PSD foi ofendida pela intervenção...

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — Fazia a defesa da honra...

O Sr. **Presidente**: — Evidentemente!

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — ..., mas não me ofende a honra assim.

O Sr. **Presidente**: — As figuras regimentais são para serem utilizadas de acordo com o Regimento e o que o Sr. Deputado Hugo Soares fez foi uma defesa da honra, sob a forma de interpelação à Mesa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, provavelmente, excedi-me na interpelação à Mesa que fiz.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, e creio que esta o é mesmo, exatamente por causa da interpelação anterior, ou suposta interpelação, pois não o foi.

Se o Sr. Deputado quer anunciar publicamente requerimentos pode fazê-lo na sua intervenção e se quer responder a outros Deputados deveria utilizar as suas intervenções e não arranjar aqui uma figura de uma 4.^a ronda de perguntas, que não existe.

O Sr. **Presidente**: — Como terá percebido, eu tenho a mesma opinião. O requerimento está feito.

Dou agora a palavra o Sr. Ministro, durante 10 minutos, que é o tempo disponível que tem, recordando, uma vez mais, que não pode referir nem o plano de capitalização nem eventuais consequências, hipotéticas, de planos de capitalização.

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Sr. Presidente, sem entrar nesse campo, que tem mostrado aqui uma fronteira difusa, acho que vamos conseguir manter-nos todos dentro...

O Sr. **Presidente**: — Faço o que posso!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Bem sei, tenho notado.

Em relação à pergunta sobre os trabalhadores, como deve imaginar, Sr. Deputado João Almeida, de alguma coisa pode falar sobre este Governo, mas não que não tem feito todos os esforços para que a reposição das condições de trabalho e de prestação desse serviço absolutamente crucial que é o trabalho, em particular, no âmbito público, não tenham sido totalmente levadas com muita seriedade.

Relativamente aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, faremos exatamente o mesmo. Como sabe, no final deste ano, todos os trabalhadores da Administração Pública vão ver os seus salários nominais repostos ao nível de 2009. Isto são condições que estavam estabelecidas no Programa de Governo, a que se seguirão outras noutros exercícios orçamentais também de reposição de uma normalidade de incentivos, como, por exemplo, de promoções e progressões na carreira, que estão congeladas desde 2006. É impossível, Sr. Deputado, gerir um conjunto de trabalhadores tão vasto e tão diversificado da Administração Pública nessas condições.

É evidente que isto é parte integrante da política deste Governo e o mesmo se aplicará seguramente aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos.

A pergunta que me faz sobre o plano do IGCP, penso que cai para lá da fronteira.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não cai, não!

O Sr. Ministro das Finanças: — Portanto, a seu tempo falaremos sobre ele.

Quanto às perguntas sobre o acesso à informação com a qual o plano de negócios foi desenhado, é informação que não é reservada e que na interação com a Direção-Geral da Concorrência foi complementada por informação que o Governo tem à sua disposição — porque o Governo

participa nessas reuniões —, mas é sempre informação que não é do foro reservado e do foro, digamos, do sigilo a que toda esta informação bancária deve estar reservada.

É por isso que precisamos dessa fase seguinte. Como bem disse o Sr. Deputado Hugo Soares, há dificuldades e complexidades em todo este processo que têm de ser ultrapassadas da forma mais célere, também com outras instituições.

Note que estamos a lidar com instituições da concorrência, da supervisão, instituições novas dentro da Caixa, como comissões de avaliação. É um processo que, de facto, requer um grau de coordenação e de dimensão do trabalho bastante complexos.

É evidente que todos estamos, hoje mais do que há oito meses e, se calhar, ainda mais do que há 13, plenamente conscientes das necessidades da Caixa, até e também por questões regulatórias. A notícia que revela é uma notícia que, obviamente, sendo boa, também reflete a evolução do contexto regulatório, que é, de certa forma, não uma variável contínua mas que se altera de forma muito frequente. Mas todas essas matérias têm de ser também consideradas, e sê-lo-ão seguramente, consideradas no cálculo que é necessário fazer.

Quanto à pergunta que me faz, «se o mundo fosse outro», Sr. Deputado, se o mundo fosse outro, pois, seria outra a análise e outro o cálculo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não foi essa a pergunta!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Espere que vou responder, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — A questão é ver como ficam as taxas de juro!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Exatamente. A questão que coloquei e gostaria que fosse assim entendida a minha referência, desde a inicial até às que hoje também fizemos nesta Comissão, é precisamente a questão de que, havendo desvios, é necessário ajustar o plano.

É evidente que as taxas de juro são outras, o crescimento do PIB é outro. A questão é como e o que foi feito para ajustar esse plano.

Ouçá: faça a pergunta, porque alguma coisa sairá de resposta! Como não estive envolvido nesse processo, não lhe posso responder, mas é evidente que quando há um desvio e ele se identifica pode ser a melhor solução não fazer nada, mas, pelo menos, tem de se perceber por que é que a melhor solução é essa.

Havendo esse desvio, seja ele de que natureza for, seja porque o mundo à nossa volta é diferente do que pensávamos, seja porque a ação e as consequências das nossas ações não tiveram o resultado que gostaríamos, é evidente que isto não apaga o desvio.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Sr. Ministro vai lembrar-se destas palavras em breve!

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, queria agradecer-lhe, em meu nome e em nome da Comissão, a sua presença e os esclarecimentos que nos deixou.

Não sei se lhe posso desejar boas férias, mas aos Srs. Deputados posso.

Como sabem, temos uma reunião marcada para o dia 7 de setembro, às 15 horas, Srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 36 minutos.